

artilharia e dizem ser fortaleza. Que estavam duas náos grandes no rio e tem tres galés, fora outros navios mais pequenos, e que serão perto de outo centos homens de peleja. Que na ilha de Serecipe que está sobre a enxada da Carioca está outra fortaleza com muitas casas outras a qual corresponde á lagea que está no meio do Rio, por onde então as náos e navios dentro no Rio de Janeiro e bem assim corresponde esta fortaleza e povoação desta ilha á fortaleza da Carioca e ao desembarcadouro e aguada que está junto da enxada da Carioca..., etc.” (54).

Ao que respondeu a rainha, em nome do rei-menino:

“...Emquanto ao que toca aos francezes, e ás informações que delles e do que fazem me enviais, folguei de me avisardes de tudo tão particularmente. E porque por outra carta vos escrevo o que acerca disso hei por meu serviço, não tenho nesta que vos dizer; sómente que tenho por certo que assim mesmo me dais conta procedereis conforme a importância em cada uma dellas; e de maneira que me haja em tudo por muito servido de vós, e assim vos encommendo muito que o façais, e que tenhaes destas cousas o cuidado que de vós espero” (55).

Como de fato sucedeu, e os acontecimentos posteriores são demonstrar.

CAPÍTULO VI

No ano seguinte, de 1559, as ocorrências pareciam destinadas a exercer uma certa influência coordenadora naquelas populações mescladas e dispersas. Elementos decorrentes da propria natureza da ordem social, esboçavam um começo de organização, agindo sobre as vontades, orientando os espiritos, promovendo a concentração dos esforços isolados no sentido de uma cooperação generalizada entre os agrupamentos existentes.

Naquele tempo, a distribuição geográfica da população escassa afirmava-se ainda periférica, (1) ao longo da extensa costa de um território imenso e agreste, a fim de manter o contato com o oceano, de onde podia provir o socorro, e por onde o colono sentia como que o palpitar do coração da pátria distante. Contudo, apesar da luta ingente do alienígena contra os aspetos selvagens daqueles âmbitos, três profundas raízes de colonização portuguesa tinham-se obstinado em penetrar o âmago daquela natureza aparentemente indomável, para lançar os fundamentos das primeiras transformações: ao sul, com João Ramalho; ao centro, com Diogo Álvares; ao norte, com Duarte Coelho.

O abrupto das serranias, a exuberância das frondes espessas, a caudal impetuosa das águas, o mistério impenetrável do sertão, o sobressalto contínuo do aborígene em defesa do *habitat*, eram outros tantos óbices naturais e imarcessíveis que se antepunham à audácia tenaz e às sucessivas investidas do homem branco; mas o colonizador pertinaz e intemorato enfrentava resolutamente o segredo daquela esfinge, com o mesmo ânimo juvenil e ardente de Siegfried

(54) História do Brasil de Varnhagen, 1.^a edição, vol. 1.^o, p. 463, nota 75 à p. 234. Rodolpho Garcia reproduziu os apontamentos ou informações na 3.^a edição integral da H. do Brasil de Varnhagen. Nota II, p. 397, vol. 1.^o. A carta de Mem de Sá vem reproduzida nos Anais da Biblioteca Nacional, vol. 27, ps. 225 e 226.

(55) Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.^a ed., vol. 1.^o, ps. 381 e 382. Vide nota (11) de Capistrano, à p. 382.

(1) É isolada, para atingir, por gravitação étnica e por expansão, à difusão coerente; segundo interpretação do fenômeno das relações entre popu-

lação e território, formulada por Friedrich Ratzel, na sua *Antropogeografia*. Os acontecimentos, em 1559, pareciam orientar-se na conformidade das indicações do notável professor alemão, atacando o dragão legendário, e abatendo-o aos golpes certos do seu gládio temperado na forja misteriosa dos destinos heróicos.

Não tinha pois razão o nosso inestimável Frei Vicente do Salvador, quando vira no homem do seu tempo o colonizador superficial, que andava arranhando apenas, como caranguejo, o litoral daquela imensa terra do Brasil. (2) Do equilíbrio entre os dois fatores: população e território, é que resulta a regularidade de ação e reação mútuas entre eles. Desde que um deles excede, de muito, o valor do outro, o desequilíbrio é fatal, e exige, do fator inteligente, uma atividade excepcional, para o restabelecimento da equivalência de ambos, na satisfação de necessidades imperiosas decorrentes da existência urbana. É uma das características do fenômeno urbano.

Naquela época, duas forças sociais oriundas das próprias contingências da vida colonial dispersa e desordenada, começavam a produzir os resultados da sua atuação no ambiente: a concentração do governo na pessoa de um magistrado que incorporava a autoridade do rei, a direção espiritual das consciências, procurando religar os indivíduos em torno de uma moral superior, exercida pelo missionário que agia, religiosamente, sobre aquela mistura heterogênea de almas e de propósitos.

De um lado, havia reinóis, ávidos de aventuras e de cobiças; de outro, surgiam nativos, gente instintiva, ainda no estado primitivo da idade da pedra, fáceis de dominar, mas desconfiados e ferozes na vingança. Do contúbio estranho desses dois extremos incompreendidos geravam-se, como traço de união entre aquelas raças, mazombos e mamalucos, que deviam operar o caldeamento daquelas energias humanas dispareas, incapazes de solocionar por si mesmas os entraves da situação que defrontavam. Essa, era a mistura humana sobre que deviam influir aquelas duas forças sociais.

Se é verdade que a ascensão da doutrina deve ser sempre superior aos seus órgãos quaisquer, não é menos exato que a identificação completa desses órgãos com os princípios doutrinários que eles propagam, corresponde a uma sinergia de idéias e de vontades capaz de grandes realizações. As duas forças sociais representavam: uma, o poder temporal concentrado na figura do governador geral; a outra, o poder espiritual, cuja dignidade era de investidura do bispo, mas de que a verdadeira ação social, útil e peregrina, integrava-se na predestinada vocação do missionário jesuíta. Da ação conjunta dessas duas diretrizes dos esforços individuais, cada uma na esfera das suas atribuições, sem se confundirem, sem se desirmanarem, sem se perturbarem, é que deviam resultar os benefícios da ordem social para a coletividade.

Havia já um decênio que o exercício continuado desses dois poderes, atuando sobre aquelas gentes, acepillava a rudez daquele corpo social bisonho e tóscico. Quiz a sorte que, no ano de 1559, duas individualidades excepcionais estivessem investidas da autoridade temporal e espiritual naquela sociedade rudimentar: Mem de Sá e Manuel da Nóbrega. O primeiro exercia a magistratura após dois períodos anteriores ocupados por Tomé de Sousa e Duarte da Costa; o segundo, vinha praticando, por todo o decênio, uma atividade incessante que lhe permitira palmilhar lonjuras intermináveis, através de recantos ínvios daquela terra, derramando por toda parte ensinamentos de solidariedade humana.

Mas, o que caracterizava, especialmente, essas duas figuras singulares era o apoio mútuo que se prestavam na direção temporal e espiritual daquela associação humana, completando-se harmoniosamente, pela ação e pelo conselho, na orientação dos destinos daquelas populações dispersas, procurando

(2) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627, edição revista por Capistrano de Abreu. 1918, p. 19. Segundo Capistrano, frei Vicente nasceu em 1564, em Matoim, na Bahia; esteve duas vezes no Rio de Janeiro, onde dirigiu as obras do Convento de Santo Antônio, e assistiu, depois, à inauguração da imagem do santo nesse convento. Faleceu entre 1636 e 1639.

despertar nelas o sentimento da cooperação, indispensável ao desenvolvimento da vida colonial.

Amoldado assim o ambiente, era preciso agora que um motivo superior, interessando a existência daquelas gentes, operasse o milagre da transformação, impondo a convergência de esforços para a defesa coletiva, em torno de um objetivo capaz de assegurar a continuidade daquelas formações humanas de origem portuguesa, ameaçadas de destruição. O motivo, decorreu da necessidade imperiosa de expulsar os franceses do "rio de janeiro", de subjugar os tamoios, inimigos dos descobridores da terra; o objetivo, a posse definitiva do território compreendido entre o Cabo Frio e o Curupacê, abandonado por seu donatário, e exposto assim à cobiça e à invasão do estrangeiro. (3).

Pode-se considerar a situação, em 1559, como preparatória dos acontecimentos que deviam atingir o fim colimado, porque, naquelas gerações que iam surgindo do contato das duas raças, o movimento generalizado de cooperação colonial acabaria por incutir em todos os espíritos o germe de uma consciência coletiva ligada ao destino da nova terra do Brasil.

Desde Pernambuco a São Vicente as donatarias definhavam e se extinguíam à míngua de recursos, como planta estiolada fora dos limites geográficos próprios à sua plena expansão vegetativa. A índia, alvoroçada, ameaçava os redutos portugueses enfraquecidos, frechando-os por todos os lados, assaltando e destruindo povoados e vidas. Ilhéus, Porto-Seguro, Espírito Santo, São Tomé eram taladas pelos indígenas. Logo de comêço do seu govêrno, cuidando das coisas da Bahia, Mem de Sá enviara socorros que atenuassem a audácia do gentio revoltado. A navegação para São Vicente tornava-se perigosa; os navios portugueses velejavam com cautela, ou se afastavam do litoral para evitar as inopinadas e audaciosas abordagens das canoas de guerra tupinambás, provindas daquela formidável hiato cavado na continuidade da costa portuguesa pelo domínio francês e a inimizade tamoia. Entrementes, os franceses, fortificados no "rio de janeiro", procuravam, com o auxílio dos grupos tupinambás, dilatar o seu domínio por todo aquêl território, abandonado por Martim Afonso, e conquistado para a França Antártica. Quer estivessem ainda sob a direção de Villegagnon, quer sob o comando de Bois-le-Comte, o que parece, segundo testemunhos da época, é que preparavam uma grande investida guerreira contra São Vicente.

"Em São Vicente — narrava o padre Nobrega — onde eu creio que ha mais gente para senhorear Indios que em nenhuma capitania, porque além de haver muitos Brancos e Mamalucos, ha ahí muita escravaria, não se tracta de ganhar a terra, sinão de se darem á boa vida e com ardis e manhas mui prejudiciais a suas almas..... ainda que ha muita gente é toda triste e desar-mada e agora se lhe accrescentou outra desventura que fôram os

(3) Martim Afonso de Sousa nunca se interessou, como já vimos, por esse segundo quinhão da sua doação, que veio, mais tarde, a constituir a capitania do Rio de Janeiro; nunca lhe prestou o mínimo socorro, deixou-o em completo abandono, até que caiu no domínio estrangeiro. Que atração podiam exercer no seu espírito essas terras do Brasil que nada lhe davam?... Nessa época, no elevado cargo de governador da Índia, andava êle, desde muito, enriquecido com os milhares de *pardaos* que adquirira em Goa numa combinação escusa a que associara, por descargo de consciência: o rei d. João III, dois príncipes mouros inimigos que o haviam escolhido para juiz na causa em que contendiam, o criado de um dêles, e até a Deus, a quem atribuiu depois a sentença final no pleito, eliminando a um dos contendores. Vide Rebello da Silva, *História de Portugal*, tomo V, ps. 151 e 605. Documentos extraídos dos *Anais de d. João III*, de frei Luiz de Souza.

Franceses, e temo vir alguma triste nova e estou muito arrependido de não haver já tirado meus irmãos de lá, porque segundo parece mui claro, está aquella terra com a candeia na mão, porque cada vez se lhe accrescenta a desventura e lhe falta o socorro". (4).

Justificava-se o temor do grande missionário; as notícias que provinham do sul não eram tranquilizadoras. Se os franceses e os tamoios atacassem São Vicente e lograssem tomar a vila, a situação se tornaria extremamente penosa para o domínio português na parte meridional da costa do Brasil.

Foi então que sucedeu um episódio imprevisto. Jean Cointa e mais três compatriotas franceses que haviam abandonado o Forte de Coligny surgiram inopinadamente na vila, vindos do "rio de janeiro". Conhecendo as disposições em que estavam, Villegagnon ou Bois-le-Comte, de invadir São Vicente, apresaram-se em avisar à população que se aprestasse para a defesa, a fim de captar a confiança dos portugueses em seu favor, e obter embarcação que os levasse para a sua pátria. De fato, algum tempo depois realizava-se o ataque previsto, sucumbindo nêles os que desconfiaram da informação, mas salvando-se a vila, da investida tamoia comandada por alguns franceses que tiveram de retroceder, retirando-se para o "rio de janeiro".

Justificando, mais tarde, o seu procedimento, perante o tribunal da inquisição em Lisboa, Cointa explicou o caso do seguinte modo:

".....e por o capitão mór dos franceses se confradar com os negros da terra e os concordar para se ajuntarem e irem todos extroyr a capitania de martim afonso de sousa, elle confessante se tornou a dita fortaleza (Coligny) e disse ao capitão e a todo o povo que elle protestava de nom consentir em tal e que elles nom curassem de fazer liança com os negros nem lhe darem nenhuma ajuda nem favor contra os portugueses por serem da liança del Rey de frança e tambem por o almirante (Coligny) lho encomendar que lhe nom fizessem nenhum agravo aos portugueses e que depois disto por o capitão-mór não querer desistir elle confessante se foy a dita capitania de martim afonso com as espias dos negros fingindo que hia de guerra contra elles e que a deu aviso ao capitão como hião sobre elles e que se possessem em cobro pondo sua vida a Risco e por sua causa não foram extroydos como tudo consta por autos....." (5).

Mas, a atividade de Cointa não se limitou a êsse aviso com que salvou São Vicente. Resolveu embarcar para o Salvador a fim de entender-se, pessoalmente, com Mem de Sá, e prestar-lhe, espontaneamente, tôdas as informações relativas à ocupação francesa do "rio de janeiro", indicando-lhe os alvites necessários segundo os quais poderia realizar, com vantagem, a expulsão dos franceses, atacando e destruindo o forte de Coligny. Isso, porque, dizia êle:

".....viera recado de sua alteza que hera seu servyço e a vontade del Rey de frança tyrasse os francezes do dyto Ryo, e eu dei ardyll e maneyra para os botar da terra." (6).

(4) Valle Cabral, *Materiaes e Achêgas para a História e Geografia do Brasil*. N. 2. Cartas de Jesuítas, ps. 166 e 167. Carta do padre Manuel da Nobrega a Tomé de Sousa, escrita na Bahia, a 5 de julho de 1559.

(5) *Anais da Biblioteca Nacional*, vol XXV, ps. 273 e 274, Separata, ps. 57 e 58. Processo de Bolés. Terceira inquirição de Jean Cointa, feita em Lisboa a 16 de novembro de 1563. Mem de Sá confirmou estas declarações na Bahia, em março de 1563, quando Cointa requereu a seu instrumento de serviços. Vide ps. 288, 289 e 305, 306. Separata, ps. 82, 83, 89 e 90.

(6) *Anais da Biblioteca*, vol. citado. p. 299. Separata, p. 83.

A esse tempo, o governador havia partido da Bahia para o Espírito Santo e Ilhéus, aonde fôra dirigir, em pessoa, a defesa dessas capitâneas periclitantes, sob os sucessivos assaltos dos índios revoltados contra os povoadores. Dominou-os, com energia, deixando-os pacificados. (7). Quando se aprestava para tornar à Bahia, foi que se deu o encontro de Jean Cointa com o governador geral.

Assim o descreve o próprio desembargador Mem de Sá:

“Ao tempo que me queria partir dos Ilhéus veio da capitania de São Vicente hum gentil homem francez que se chamava monçeor de bolees pesoa de sangue segundo os francezes afirmavão ho qual viera de frança pera povoar ho rio de janeiro, onde estava outra fidalgo monçeor de villa ganhão que tinha feito uma fortaleza muito forte, e por desavenças que com elle teve se saio de sua companhia e se foi pera são vicente, e dahy veo ter cômigo e me descobriu algumas Roins determinações de villa ganhão em prejuizo desta terra e do serviço de sua alteza.” (8).

Certo, as indicações de Cointa não deviam ser desprezadas. Mem de Sá agregou-o à sua comitiva e dirigiu-se, com êle, para a cidade do Salvador.

Em fins de novembro dêsse mesmo ano de 1559, ancorava na baía de todos os Santos a armada, comandada por Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, que a Rainha enviava ao seu governador geral, com ordem de expelir os francezes do “rio de janeiro”.

A expedição foi preparada com todos os recursos de gente de apetrechos de guerra, disponíveis na Bahia; com os que puderam ser recolhidos de outras capitâneas; com valiosos socorros de homens, barcos e mantimentos providos de São Vicente. Era um movimento generalizado de esforços úteis, para um fim que interessava tôda a colônia. Pode-se considerá-lo, seguramente, como a primeira ação coletiva de defesa da existência colonial da nova terra do brasil. Os documentos contemporâneos, conhecidos, são elucidativos a esse respeito, conquanto breves nos detalhes circunstanciais que rodearam êsse interessante episódio dos primeiros tempos da colônia.

Avultam nesses acontecimentos, como figuras primaciaes do momento, as personalidades de Nóbrega e de Mem de Sá. Aquêlo, como poder coordenador das coisas do espírito, agindo com o prestígio considerável que emanava da sua atividade doutrinária sôbre as consciências; êste, como organização excepcional de homem de govêrno, calmo, ponderado, tolerante, mas enérgico e decisivo na ação, apesar de tôdas as contrariedades que opunham às suas resoluções, fruto da malevolência de certos desafetos que o denegriam no reino, (9) e que se estendeu, sem eficácia, à sua generosa atuação na terra do brasil.

* * *

A armada partiu da Bahia a 16 de janeiro de 1560. (10) Nela seguiram para o sul, entre outras personagens: Mem de Sá, Manuel da Nóbrega, Jean Cointa, comandantes, cavaleiros fidalgos e demais pessoas honradas, mamalucos e índios que acompanhavam o governador, e os que foram recolhidos de outras capitâneas. (11) Entre os comandantes, seguia também, Estácio de Sá,

(7) Valle Cabral, *ob. cit.*, ps. 170 e 171. Carta de 1 de junho de 1560, de Manuel da Nobrega ao infante cardeal d. Henrique.

(8) Anais da Biblioteca, vol. XXVII, p. 134. Instrumento dos serviços de Mem de Sá no Brasil.

(9) Valle Cabral, *ob. cit.*, p. 172. Carta de 1 de junho de 1560, de Manuel da Nóbrega ao infante cardeal d. Henrique.

(10) Carta de Mem de Sá a El-rei — 16 de junho de 1560. Baltazar Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, livro I, p. 117.

(11) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, p. 151. Depoimento de Sebastião Alvares, no Instrumento dos serviços de Mem de Sá.

na direção da galé Conceição. Devia ser muito moço ainda; (12) sua investidura no cargo datava de 22 de novembro de 1559, com o ordenado mensal de 2\$000 réis e \$500 réis para mantimentos. Teria vindo ao Brasil com seu tio em 1557, ou só aqui aportara com a armada de Bartolomeu de Vasconcelos? (13) Pouco se sabe a êsse respeito; a verdade, porém, é que estava predestinado a ligar, herôicamente, o seu nome ao do “rio de janeiro”, (14) onde, parece, se exerceu tôda a sua atividade de guerreiro e de colonizador na terra do brasil. (15)

A expedição, “que era pequena e fraca e de pouca gente, (16) chegou ao “rio de janeiro” a 21 de fevereiro de 1560. (17). Venceu as dificuldades que lhe opuseram à entrada, e penetrou na baía.

É possível que o aspecto do Forte de Coligny infundisse um certo temor a quem penetrava na guanabara tamoia, com os seus dois picos extremos devidamente artilhados, com a torre central de observação equipada para o comando, com os canhões distribuídos pelas encostas e apontando para a barra, principalmente porque se sabia que o guarnecia gente afeita a combates no continente europeu (18). Daí os embaraços, as escusas, os contratemplos, criados à ação do governador geral pelo comando da armada (19). Tolerante, mas decidido ao cumprimento do seu dever, Mem de Sá ordenou que se capturasse uma nau francesa arribada na baía (20), e fêz bombardear o forte sem resultado, pondo-se depois a coberto da artilharia inimiga, ancorando num pôrto em frente à ilha. Aí permaneceu alguns dias ponderando sôbre a situa-

(12) O jesuíta anônimo “Das cousas mais notaveis do Brasil” diz que: “a terceira guerra foi no Rio de Janeiro estando Estacio de Sá por governador de idade de 17 annos, mas mui esforçado o cercarão muitos Tamoyos.” *Revista do Instituto Histórico*, tomo 94, vol. 148, p. 379. Não é provável que assim fôsse, porque, nesse caso, estaria comandando a galé *Conceição*, com 12 anos de idade. Talvez quisesse referir-se ao tempo em que começou a sua atividade na conquista do “rio de janeiro” efetuada em 1560, por seu tio Mem de Sá, o qual, em carta de 16 de Junho de 1560, dirigida a el-rei, dizia: “a armada trazia dezoito soldados moços que nunca viram pelear”. Vide Valle Cabral, *ob. cit.*, p. 171, nota 97.

(13) *História do Brasil*, de Varnhagen, 3.^a edição integral, vol. 1.^o, p. 394. Vide nota (41), de Capistrano.

(14) Como aconteceu a Mem de Sá, a Manuel da Nobrega, a José de Anchieta.

(15) São muito escassos os documentos conhecidos, relativos ao “rio de janeiro” durante o periodo de 1560 a 1567. E’ possível que ainda se venham a encontrar alguns cujo paradeiro se ignora, e outros talvez existam ainda em Portugal, na Espanha e na Italia, principalmente referentes à Companhia de Jesus.

(16) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, p. 182. Depoimento de Luiz da Costa, no Instrumento dos serviços de Mem de Sá.

(17) Carta de Mem de Sá a El-rei. De São Vicente, a 16 de Junho de 1560. Baltazar Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, livro I, p. 117.

(18) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, p. 183: “...e chegando ao rio de janeiro entrando pela bahia o dito governador mandou dar uma bateria com artilharia dos navios na fortaleza dos francezes, a qual fortaleza estava situada em uma ilha pequena no meio do mar da bahia do Rio, em um pico tão alto e de penedia muito aspera que era espanto de ver, a qual punha muito temor em toda a gente portuguesa”.

(19) Idem, p. 205. Depoimento de Antonio da Costa, capitão de um dos navios da armada, encarregado por Mem de Sá de transmitir ordens a Bartolomeu de Vasconcelos.

(20) Foi capturada pela galé *Esaura*. Valle Cabral, *ob. cit.*, p. 172, nota (92). Vide Baltazar Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, p. 117. Carta de Mem de Sá, de 16 de junho de 1560. Segundo Baltazar Lisboa, o original dessa carta está na Torre do Tombo, gaveta 20, maço 10.

ção, observando de vários lugares as possibilidades de ataque e acesso ao forte, suportando com resignação e prudência as controvérsias opostas às suas resoluções de assaltar a fortaleza (21). Soube que Villegagnon havia seguido para a França. Jean Cointa, que acompanhava o governador, saberia dessa particularidade? Teria, com efeito, insinuado o meio mais eficaz de tomar o forte? Trêfego, como várias vezes se revelara, teria agido com a sua maneira dissolvente, no ânimo de Bartolomeu de Vasconcelos e dos outros capitães da armada, provocando a recusa ao assalto geral ao Forte de Coligny? (22).

Fôsse como fôsse, a verdade é que, depondo mais tarde em favor de Jean Cointa, o governador confirmou que, quando se determinara a tomar o rio de janeiro:

“falára ao suplicante que fôsse em sua companhia o qual fizera de boa vontade e lá pelejara bem e mostrara bom ardil de tomar a fortaleza aos franceses, como se tomara” (23).

Mas, a situação desenhava-se caprichosa, enchendo de perplexidades o espírito do governador, naqueles dias de inatividade guerreira.

“Toda a sua gente lho contradizia — narrava Nobrega ao infante cardeal d. Henrique — porque tinham já bem espiado tudo e parecia-lhes cousa impossivel entrar-se cousa tão forte, e sobre isso lhe fizéram muitos desacatamentos e desobediencias” (24).

Mem de Sá, em cuja individualidade se fundiam harmoniosamente o magistrado, o guerreiro, o patriota, não recorreu à violência para se fazer respeitar. Agiu como um verdadeiro condutor de homens, perdoando-lhes as fraquezas, estimulando-lhes o amor próprio, inculcando nêles o sentimento da responsabilidade. A situação não comportava desânimos. Daí o episódio, narrado por frei Vicente do Salvador, e que, apesar de não ser referido em outros documentos conhecidos da época, “não há motivo para pô-lo em dúvida — como bem diz Capistrano — pois frei Vicente parece sôbre êste e outros pontos ter disposto de fontes originaes” (25).

Conseio do direito irrecusável do rei de Portugal ao domínio das terras do Brasil, forte do apoio dado pelo rei de França ao de Portugal, declarando que não autorizara a ocupação do “rio de janeiro” (26), Mem de Sá enviou ao comandante da praça, sobrinho de Villegagnon, uma vez que êste se havia já retirado para a sua pátria, uma proclamação em que o exortava em nome de Deus e dos reis de França e de Portugal, a que abandonasse em paz a terra usurpada por seu tio ao domínio da corôa portugûesa. Bois-le-Comte respondeu-lhe que não lhe competia julgar a quem a terra pertencia. Recebera de seu tio ordem de mandar e defender o forte de Coligny, e o faria, ainda que à custa da própria vida. Por isso, requeria ao governador que se tornasse em paz (27).

(21) Anais da Biblioteca Nacional, vol. citado, p. 133. Depoimento de Luiz da Costa.

(22) Como praticára com Villegagnon, com os calvinistas, com os moradores de São Vicente, com os jesuitas, com os companheiros de prisão na Bahia, quando recolhida por ordem do bispo d. Pedro Leitão.

(23) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXV, p. 306. Separata, p. 90. Depoimento de Mem de Sá, no processo do Senhor de Bolés.

(24) Valle Cabral, *Cartas dos Jesuitas*, p. 172.

(25) Vide: nota VI, de Capistrano, à *Historia do Brasil*, de Varnhagen, 3.^a edição integral, vol. 1.^o, p. 402.

(26) Estava-se no reinado transitório de Francisco II, que sucedera a seu pai Henrique II.

(27) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 1627. Edição Capistrano, p. 170 e 171. Vide Carta de Mem de Sá a El-rei, de São Vicente.

Ao entardecer do dia 15 de março romperam-se as hostilidades (28).

“O governador — segundo o testemunho de Luiz da Costa, presente no combate — determinou de dar na dita fortaleza com ajuda de Deus vendo se a podia entrar de noite com gente e mamalucos que fossem a nado, e outras invenções que inventava para a combater porque sua vontade foi sempre não alevantar banco até não ver o fim do dito negocio.”

“De feito — continúa Luiz da Costa — hum dia, entrando a viração pela barra dentro, mandou ao capitão mór (Bartholomeu de Vasconcellos) dizer-lhe, por elle testemunha, que elle havia de dar na dita fortaleza ao tempo que entrasse a viração, e portanto se fizesse prestes, e dêsse a vela com os seus navios por uma das bandas da fortaleza, despejando sua artilharia, que elle governador havia de ir pela outra parte em barcos e navios pequenos com a mais gente, e assim se fez. E logo o governador a remos e a velas remetteo a banda da fortaleza em que houve na entrada, convem saber no baixo defendimento, que a defendiam com muita artilharia grossa que tinham ahí em terra, de maneira que toda a gente com o governador sahiram, na qual fortaleza além dos francezes que nella estavam tinham sempre consigo oito centos indios de peleja e mil indios e dahi para cima que os ajudavam muito fortemente por serem grandes guerreiros e frêcheiros e morriam por parte dos francezes, os quais francezes com os ditos indios lhe sahiram duas vezes em um dia a dar bateria pela manhã e á tarde com muitas espingardas e lanças e outras armas e a fortaleza de cima atirando artilharia grossa mui fortemente assim á nossa gente em baixo como aos navios da armada, e estas duas vezes que sahiram a dar bateria aos portuguezes foi cousa tão pelejada e vinham tão fórtes os francezes e indios que puzeram os portuguezes em muito aperto, por que de uma banda e de outra foi a peleja mui rija e travada, assim d’artilharia como de béstas e outras armas que de uma parte e de outra havia, onde morreram e se feriram muita gente de uma banda e da outra, das bombardas e frechadas, e por os ditos francezes verem os portuguezes com o animo em que estavam de acometterem uma fortaleza tão forte, como tinham, e lhes parecendo que o governador não havia de levar mão dali até os não destruir, e por lhe ter já tomado a fortaleza debaixo e lhes não cessarem de combater a fortaleza grande com tiros de fogo que lhe entravam pelas portas e janellas dentro, foi sua determinação de largarem a dita fortaleza como de feito se sahiram della todolos francezes e indios por umas janellas e penedias abaixo, doutra banda, por cordas por que se lançavam, e se fôram em canôas por a terra firma, e por esta banda por onde se sahiram era lugar que os portuguezes lhe não puderam fazer damno nem mal algum, e desta maneira largaram a dita fortaleza com muita e fermoza artilharia de metal e de ferro coado, muita polvora e outras monições e navios de remos que tinham feito para andarem pela costa” (29).

Por que teriam os francezes e tamoios abandonado o forte, à noite, nas condições descritas por Luís da Costa?

a 16 de junho de 1560, explicando o caso. Baltazar Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, livro I, p. 118.

(28) Carta de Mem de Sá — 16 de junho de 1560 — já citada.

(29) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, ps. 182 a 185.

Foi êsse, outro episódio esclarecido por frei Vicente do Salvador, na forma que segue:

“...porém, estando uns e outros mettidos no furor do combate Manoel Coutinho, homem pardo, Affonso Martins Diabo e outros valentes soldados portuguezes, subindo por uma parte que parecia inacessivel, entraram o castello e occuparam repentinamente a polvora do inimigo. Descorçoados os francezes com a perda da polvora e com o inopinado atrevimento dos portuguezes, desampararam o castello á meia-noite” (30).

Está-se, portanto, a ver, pela precedência da indicação do nome do mestiço na narração, que foi êle, sagaz e ágil, quem conduziu o assalto aos alcantis da eminência occupada. Aliás, como bem diz a testemunha do combate na descrição transcrita, Mem de Sá depositava confiança nos mamalucos, nos filhos da terra, para a empresa a que se arrojara, pela parte mais perigosa do assalto, que era a do lado norte da ilha.

Exalçando as virtudes do governador, nesse empreendimento, em carta ao infante cardeal d. Henrique, expandia-se Manuel da Nóbrega:

“...mas agora ouça Vossa Alteza as grandezas de Nosso Senhor. A primeira me parece que foi dar Nosso Senhor graça ao Governador para saber soffrer tudo, e dar-lhe prudencia para em tal tempo saber trazer as vontades de todos tão contrarias á sua. a condescenderem com aquillo que elle entendia e Nosso Senhor lhe inspirava; e foi assim que a uns por vergonha, a outros por vontade, lhe pareceu bem de commetterem a fortaleza. A segunda maravilha de Nosso Senhor foi que, depois de combatida dous dias, não se podendo entrar e não tendo já os nossos polvora, mais que a que tinham nas camaras para atirar; e tratando-se já como se poderiam recolher aos navios sem os matarem todos, e como poderiam recolher a artilharia, que haviam posto em terra, sabendo que na fortaleza estavam passante de sessenta Francezes de peleja, e mais de oitocentos indios e que eram já mortos dos nossos dez ou doze homens com bombardas e espingardas, mostrou então Nosso Senhor sua misericordia, e deu tão grande medo nos Francezes e nos indios que com elles estavam, que se acolheram da fortaleza e fugiram todos, deixando o que tinham sem o poderem levar” (31).

Em seguida, Mem de Sá destruiu algumas aldeias de indios, em terra firme, destruindo-as; tratando, depois, de consertar os navios que muito haviam sofrido com a artilharia do forte, a fim de poder seguir para São Vicente. Nesse interim, apressou-se em comunicar, por carta, à metrópole tôdas as peripécias da conquista que o levava à vitória (32).

A 31 de março de 1560, o governador escrevia, de novo, à rainha, explicando as coisas do seu govêrno e ponderando:

“Esta terra não se deve nem pôde regular pelas leis e estilos do Reino, se vossa alteza não for muito facil em perdoar não terá gente no brasil... — concluindo, em seguida, cheio de magua

(30) Frei Vicente do Salvador, ob. cit., p. 171.

(31) Valle Cabral, *Cartas dos Jesuitas*, p. 173.

(32) Valle Cabral, *idem*, p. 173, nota (101). “Esta carta em que dá conta da vitória, provavelmente com todos os pormenores, porque foi escrita sob a impressão da luta, deve ser muito interessante, mas infelizmente não se sabe onde pára.”

e de fadiga: — “Peço a Vossa alteza que em paga dos meus serviços me mande ir para o Reino... Sou velho, tenho filhos que andam desagasalhados, uma filha que estava no mosteiro de santa caterina de sena em Evora mandou frei luiz de granada que se sabisse não sei coanto serviço de deus nem de vossa alteza foi deitar uma moça dum mosteiro na rua sendo filha de quem o anda servindo no brasil, nosso senhor a vida e real estado de vossa alteza acrescente. Do Rio de Janeiro o derradeiro dia de Março. — Men de Saa” (33).

Quanto ao “rio de janeiro”, não foi possível povoá-lo, nem firmar a sua occupação, porque não havia gente bastante para isso (34). O forte de Coligny teve de ser arrazado a picão, para que os francezes, internados com os tamoios pela terra dentro (35), não viessem a reconstruí-lo depois que a expedição partisse para São Vicente. Escapava, assim, mais uma vez, a oportunidade de fundar aí uma vila, um simples povoado, ainda mesmo um pequeno forte português, para a defesa da costa contra francezes e tamoios.

Bem que reconhecera essa necessidade o padre Nóbrega, quando, na carta ao infante cardeal d. Henrique, assegurava:

“Parece-me muito necessario povoar-se o rio de janeiro e fazer-se nelle outra cidade como a da Bahia, porque com ella ficará tudo guardado, assim esta capitania de S. Vicente como a do Espirito-Santo que agora estão bem fracas” (36).

Entretanto, nada se fez nêsse sentido, e a armada partiu para São Vicente, abandonando o “rio de janeiro”.

* * *

A um exame superficial do momento, pode ocorrer leviana observação, de que o colonizador cometia grave imprudência abandonando o “rio de janeiro”, sem estabelecer aí o fundamento de defesa militar permanente que firmasse, de vez, a posse do território, cujo domínio, no regime de direito daquela época, já se caracterizara como sendo lidimamente português.

Estava destruído o forte dos francezes. Seus defensores tinham abandonado todo o armamento, munições e recursos de que se achava provida aquela praça de guerra. A guarnição, fugindo da ilha, internara-se pelo continente, refugiando-se nas aldeias tamoias. A situação, por conseguinte, parecia indicar a conveniência de se constituir aí um núcleo português de resistência contra a provável recomposição das condições anteriores à vitória. Mas, as circunstâncias eram mais poderosas que a vontade dos homens: a gente era pouca, o território imenso, os agrupamentos espalhados, a defesa precária. Tudo aconselhava, portanto, que os grupos não se dividissem para não se enfraquecerem; e os acontecimentos vão revelar que a resolução adotada era justa, embora contrariasse o desejo tantas vezes manifestado, a necessidade tantas vêzes reconhecida, de se fundar um povoado para a defesa do “rio de janeiro”.

A armada chegou a São Vicente.

“Com o governador — escrevia o irmão Anchieta — veio o padre Nobrega mui doente, magro, com os pés e a cara inchada,

(33) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, ps. 228 e 229.

(34) Simão de Vasconcelos, *Chronica da Companhia de Jesus*, livro 2.º, § 79, p. 142, edição Fernandes Pinheiro. 1864.

(35) Capistrano de Abreu, *Materiaes e Achêgas*, n. 1. Informações do Brasil do padre José de Anchieta.

(36) Valle Cabral, *Cartas dos Jesuitas*, p. 175.

pernas cheias de postemas, e com outras muitas enfermidades, das quais como aqui digo, começou a passar melhor e esperamos na bondade do Senhor, que pouco a pouco lhe irá dando saúde..." (37).

Desembarcara, também, Jean Cointa, senhor de Boulez, que, dentro em pouco, assumia perante os moradores de São Vicente atitudes de propagador de doutrinas luteranas e calvinistas, o que lhe valeu a acusação de hereje, até parar nas malhas da inquisição em Lisboa (38).

Mem de Sá tratou logo de cuidar das coisas de govêrno, provendo a necessidades mais urgentes em São Vicente, em Santos, em Piratininga. Os navios da armada passavam a reparações a fim de voltarem para a Bahia.

Estácio de Sá estava encarregado de aprestar a nau capturada aos francezes no "rio de janeiro", a fim de levar a Lisboa notícias dos acontecimentos.

A 16 de junho de 1560 o governador geral escrevia para a metrópole, esclarecendo a situação:

"Pelo que parece muito serviço de V. A. mandar povoar este rio de janeiro para segurança de todo o brasil, e dos outros máus pensamentos, porque se os francezes o tornão a povoar hei medo que seja verdade o que Villegagnon dizia que todo o poder de Hespanha nem do Grão Turco o poderá tomar."

E concluía, insistindo no seu pedido da carta anterior:

"...o que peço agora V. A. he que me mande ir, porque já sou velho, e sei que não sou para esta terra. Devo muito, porque guerras não se querem com miseria, e perder-me-hei se mais cá estiver" (39).

Entre 16 e 24 de junho dêsse mesmo ano voltou Mem de Sá para a cidade do Salvador. Levava agora em sua companhia o padre Luís da Grã, nomeado provincial da Companhia de Jesus, em substituição a Nóbrega, que ficara muito doente em São Vicente.

Em meio à viagem, passando pelo Espírito Santo, os moradores desolados imprecaram ao governador que tomasse posse da capitania para a corôa, visto que o donatário Vasco Fernandes Coutinho, velho, muito doente e pobre, estava a morrer. A 3 de agosto de 1560, na vila de Nossa Senhora da Vitória, Mem de Sá investia no govêrno dessa capitania a Belchior de Azeredo, "por ser elegido pelo povo e as mais vezes", renunciando o donatário ao govêrno (40).

(37) Carta de Anchieta, de 1 de junho de 1560. Escrita em São Vicente, Vide Baltazar Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, vol. VI, ps. 138 e 139.

(38) Cointa foi preso na Bahia, por ordem do bispo d. Pedro Leitão, submetido a longas e demoradas inquirições. Mais tarde foi enviado para Lisboa, ao tribunal da Inquisição, onde passou por novos e exaustivos interrogatórios. Obrigado a fazer penitências no Mosteiro de São Domingos, acabou abjurando a religião protestante, sendo, afinal, absolvido da culpa que lhe imputavam. Vide Processo de Bolés. Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXV, ps. 217 e 308. Separata publicada pela Biblioteca. Nesse processo ha muitas e interessantes informações sôbre os acontecimentos da época.

(39) Baltazar Lisboa, *Annaes do Rio de Janeiro*, vol. 1.º, ps. 117 e 120. Cópia da carta original existente na Tôrre do Tombo, gaveta 20, maço 10.

(40) Baltazar Lisboa, ob. cit., vol. 1.º, ps. 321 e 322. Cópia do provimento.

A 29 de agosto chegava a armada à Bahia, onde o governador foi recebido pela população com grande alegria e muitas festas ainda não realizadas daquele modo na nova terra (41).

* * *

Ao findar o ano, arribava à baía de Todos os Santos, provida de São Vicente, a nau sob o comando de Estácio de Sá, que seguia para Lisboa. Viajava nela, com destino à França, o senhor de Bouléz, quando, a 28 de dezembro, foi procurado a bordo pelo vigário geral, o escrivão e dois meirinhos que traziam ordem de prendê-lo, em nome do bispo, "por umas culpas vindas de São Vicente". Surpreendido, Cointa recebeu os delegados do bispo com altanaria, excedendo-se na veemência da linguagem e resistindo à prisão. Foi por isso atuado, efetuando-se, entretanto, a sua detenção, sendo êle recolhido à cadeia da Bahia.

Naturalmente, a atitude de d. Pedro Leitão contra o fidalgo francês decorria certamente das informações minuciosas que lhe prestara o padre Luís da Grã, acêrca do procedimento irregular do acusado, propagando em São Vicente doutrinas contrárias à igreja de Roma. Mas, em processo que corra em São Vicente, a requerimento do provincial, fôra Cointa absolvido de culpa (42). Era preciso, portanto, que se renovasse agora, com mais energia, a devassa contra o hereje protestante.

Para isso, nos primeiros dias de janeiro de 1561, em pousadas do governador geral, foi ouvido Estácio de Sá, a quem apresentaram o rol de culpas que havia contra Jean Cointa. As acusações arroladas respondeu o capitão-mor, mui singelamente, que:

"...nunca lhe viu ler por livros hereticos e os que lia não lhe sentia nelles herezia alguma, isto quanto ao navio em que elle monçeor ia para o Reino, e que nada mais sabia" (43).

Outros depoimentos não foram de todo desfavoráveis a Cointa. Vítima da incontidência do seu espírito irrequieto foi conservado em reclusão na cadeia da Bahia, recomeçando então o seu célebre processo que lhe valeu alguns anos de atribulações e desesperos. (44)

Estácio de Sá fêz-se de velas para Lisboa, no comando da nau francesa capturada no "rio de janeiro". Levava, provavelmente, correspondência da Bahia e recomendações especiais do governador, seu tio, para a rainha d. Catarina e o infante Cardeal d. Henrique.

* * *

Correram os anos de 1561-62. Durante êsse tempo refizeram-se, tamoiros e francezes, das sérias derrotas sofridas no "rio de janeiro". O comércio de

(41) Carta do padre Rui Pereira, de 15 de setembro de 1560. "A 29 de Agosto chegou a esta Bahia o padre Luiz da Grã em companhia do Snr. Governador..... Trouxe consigo quatro irmãos linguas: Gonçalo de Oliveira, Gaspar Lourenço, Antonio de Souza, e outro irmão noviço Balthazar Gonçalves, dos quas os tres primeiros estão agora para se ordenar." Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, p. 253. Baltazar Lisboa, ob. cit., vol. VI, p. 162.

(42) Anais da Biblioteca Nacional, vol. XXVII, ps. 225 e 235. Separata, ps. 9 a 19. Auto de inquirições contra Cointa a requerimento do padre Luiz da Gram, de que resultou a absolvição do acusado por sentença do vigário e ouvidor Gonçalo Monteiro.

(43) No processo de Bolés é digna de nota a benignidade dos depoimentos de Nóbrega, de Anchieta, de Mem de Sá e de Estácio, com referência às atitudes de Jean Cointa.

(44) Anais da Biblioteca Nacional. Vol. XXV, ps. 217 a 308. Separata. Publicada pela Biblioteca. Processo de João de Bol-s.

pimenta e de pau-brasil continuou, portanto, assegurado às naus dos armadores e marinheiros da Normandia e da Bretanha. Todo o vale do Paraíba estava no domínio dos grupos indígenas inimigos dos portugueses, e a costa, desde a Cabo Frio até próximo a Bertioga, sob a vigilância contínua, dos agueridos tamoios.

Discorrendo sobre o aborígine, dizia Anchieta:

“Os de uma nação são muito pacíficos entre si, e de maravilha pelem, sinão de palavra e às punhadas, e si alguma hora com a quentura demasiada do vinho vai a cousa muito avante, as mulheres logo lhe escondem as frechas e outras armas, até os tições de fogo, porque se não matem e firam, porque de uma morte destas às vezes acontece dividir-se uma nação com guerra civil, e matarem-se e comerem-se e destruir-se, como aconteceu no rio de janeiro”. (45)

De fato, assim ocorreu aos maracajás que aldeavam na ilha de paranapanuan (46), na guanabara tamoia. De origem incerta, a luta que os cindiu dos seus parentes tupinambás, tornou-se afinal encarniçada e feroz até à destruição, o que obrigou os remanescentes a emigrarem para o Espírito Santo, onde os recebeu Vasco Fernandes Coutinho. Ao tempo em que viviam em paz com os tamoios, nos primórdios da colonização portuguesa, haviam cedido aos moradores de São Vicente as mulheres indígenas de que eles precisavam para caldear o sangue das duas raças, de onde parece terem-se originado os primeiros mamalucos vicentinos. (47) Maracaiauassu ou gato grande, era o maioral deles. Converteram-se depois ao cristianismo, foram batizados pelos jesuítas, tornaram-se fiéis amigos dos portugueses e terríveis inimigos dos tamoios. (48) Daí constituiu-se o grupo teminínó a que pertencia o valente Araribóia (49) cuja contribuição guerreira na conquista do rio de janeiro aos tamoios foi excepcional. Amparava-os Belchior de Azeredo que os tinha por prestimosos auxiliares.

No decurso dos dois anos aludidos desenvolveram-se, ao norte, a repressão às tribos rebeldes, a catequese das que se afeiçoavam ao viver dos portugueses — Mem de Sá e Luís da Grã foram incansáveis no exercício desses ministérios; ao sul, desde S. Vicente a Piratininga, a assistência do padre Nóbrega e do irmão Anchieta que proviam, como os demais missionários, a tôdas as necessidades espirituais de mamalucos e aborígenes. Apenas, no litoral de Cabo Frio a Iperoig, separando o norte e o sul da costa em via de colonização, mantinha-se

(45) Capistrano de Abreu. *Materiais e Achêgas para a História e Geografia do Brasil*. N. 1, 1886. *Informações do Brasil do padre José de Anchieta*. 1584, ps. 26 e 27.

(46) Atualmente ilha do Governador.

(47) Assim narrava Manuel da Nóbrega a Tomé de Souza: “... Os cristãos de São Vicente no rio de janeiro haviam do Gentio do Gato muitas fêmeas que pediam por mulheres dando a seus pais algum resgate, mas elas ficavam escravas para sempre”. Valle Cabral. *Materiais e Achêgas*. N. 2, 1886. Carta de Nóbrega de 5 de julho de 1559, p. 151.

(48) *Histórias dos Colégios do Brasil*, cópia de um manuscrito da Biblioteca de Roma: “...avia en el Rio de Enero antes que fuesse de christianos um aldea que llamavã del Gato, estes viendose muy apretados de sus contrarios que todos los comiã, embiarõ a pedir a Vasco Fz. Coutinõ que los amparasse defendiesse e trouxesse pera su tierra, el hizolo assi e luego los Padres se encarregarõ de los visitar e enseñar las cosas de su salvacion e convirtieron muchos a nostra sancta fee. El principal se llamava Gato... etc.”. Vide *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XIX, p. 131.

(49) Quando batizado recebeu o nome de Martim Afonso.

impetuosa, indomável, irreconciliável inimiga dos peros, a nação tamoia, estimulada pelos franceses refugiados no rio de janeiro.

Nóbrega ponderava, desde muito, na melhor maneira de extinguir ou, pelo menos, atenuar essa calamidade. Os tamoios ameaçavam São Vicente, abeiravam-se dos redutos e vilas portugueses, frechavam, de improviso, os seus contrários, raptavam-lhes mulheres e crianças.

Tão grande mal parecia insanável; mas, ao espírito clarividente do grande missionário a tentativa de reconciliação afigurava-se digna de um supremo e abnegado esforço. Bem considerado o passado, a razão propendia a justificar o tamoio ante a culpa inicial do colonizador, que não soubera manter atitude pacífica ante o gentio tupinambá. O que o tempo destruíra, pensava Nóbrega, teria de ser agora reconstruído com o próprio tempo. Fôra sempre a grande aspiração da sua vida, morrer missionando, ainda que fôsse martirizado à bruteza selvagem. Isso, então, seria para ele como a sua sublime glória. Resplandecia, assim, como um espelho do pensamento do Loiola, quando formulou a feição idealista do missionário jesuíta.

“A toda a longa e penosa preparação, a que Ignacio sujeitou sua alma e sua obra — disse-o Eduardo Prado — quiz elle accrescentar este outro factor — o tempo. Só as obras insensatas são feitas de repente; as creações do sábio são amadurecidas e longamente preparadas e, de mais, alguém já disse que o tempo não respeita senão as cousas feitas com o seu concurso”. (50)

Ora, havia alguns anos que amadurecia nas cogitações de Manuel da Nóbrega a idéia de solucionar a questão tamoia promovendo a concórdia, facilitando a catequese, extinguindo, de vez, a causa daquelas lutas intermináveis. Em meços de 1563 estava delineado o seu plano de conciliação. Chamou a si o irmão Anchieta, e transmitiu-lhe a sua idéia. Iriam ambos, sós, percorrer as aldeias inimigas, até à presença dos principais; fariam por convencê-los, da necessidade da paz, instruindo-os nos preceitos da fé cristã, procurando baptizá-los, firmando assim, a reconciliação entre tupinambás e tupiniquins, entre tamoios e peros. Se falhassem ao seu intento, abatidos à fereza daqueles brutos, seria para eles como o remate luminoso do seu destino de catequistas.

As embarcações estavam preparadas para levá-los ao seu destino. (51)

Depois de renovados os votos na oitava da páscoa (52), a 21 de abril de 1563, (53) despediram-se dos demais padres e irmãos da companhia, e seguiram para o seu destino. Chegaram a Iperoig, (54) internaram-se pelas aldeias tupinambás, conseguiram captar a confiança de três caciques: Caoquira, Pindobucu e Cunhambebe. Demoraram alguns meses entre os tamoios até conseguirem que freqüentassem São Vicente, apesar da desconfiança que nutriam por seus contrários, a qual foi, pouco a pouco, cedendo diante da lealdade dos jesuítas. É verdade que os principais do rio de janeiro e Cabo Frio, Aimbiré, Guaxará e outros, opuseram-se tenazmente a tôda idéia de conciliação. Vinham da guanabara aos grupos de dez e vinte, as canoas guerreiras a fim de pro-

(50) Conferência feita por Eduardo Prado, em São Paulo, a 20 de agosto de 1896, por ocasião do tricentenário de Anchieta. Allaud & Com., 1900, p. 30.

(51) Carta de Anchieta de 16 de abril de 1563. — Traduzida do espanhol pelo cônego Januário da Cunha Barbosa. *R. I. H.*, vol. II, p. 554.

(52) Padre Antonio Franco: vida do padre Manuel da Nóbrega, 1719, em Valle Cabral, *Materiais e Achêgas*, n. 2.º, p. 24.

(53) Simão de Vasconcelos. *Crônica da Companhia de Jesus*. Livro 3.º, § 5.º.

(54) Iperoig, segundo Anchieta. Também conhecido por Iperoi, localidade indígena cuja posição exata parece ter sido próxima da atual Ubatuba. Segundo Theodoro Sampaio, — o Tupi na Geografia Nacional — quer significar rio do tubarão ou rio das perobas, 3.ª edição, p. 226.

curar impedir, por meios violentos, a concórdia, mas tiveram de ceder, nos seus ímpetos de morte, diante do incontestável prestígio do chefe Cunhambebe que confiava na sinceridade de Nóbrega e de Anchieta. Dêsse gesto generoso dos dois missionários resultou a pacificação do gentio mais próximo de São Vicente. (55)

Essa iniciativa e seu resultado ficaram historicamente conhecidos sob a denominação de paz de Iperoy. Entretanto, apesar dos esforços extraordinários dos dois missionários, os seus benefícios não alcançaram os aldeamentos do rio de janeiro. Havia uma razão especial para isso. Os franceses precisavam facilitar no rio de janeiro o comércio do pau-brasil e da pimenta. Intimamente associados, agora, aos tamoios, não lhes havia de sorrir a idéia de paz com os portugueses. Aimbiré, o grande chefe guanabarenses, dera uma das suas filhas, por mulher, a um guerreiro francês. Instigado por este, não assentiu em considerar por terminadas as razões de guerra contra os portugueses. Persistiu nos desejos de vingança. Durante esse tempo as naus francesas arribavam ao "rio de janeiro", e daí partiam, livremente, com carregamentos valiosos.

* * *

Algum tempo depois, surgiu na Bahia de todos os Santos, uma pequena armada, sob o comando de Estácio de Sá, que a rainha d. Catarina fizera aprestar em Lisboa para povoar o "rio de janeiro". Trazia cartas e recomendações para governador geral. Louvava-o a coroa, por seus feitos de guerra contra os franceses, mas significava-lhe, com brandura, o dissabor que causara na corte a notícia do abandono do rio de janeiro, sem que se houvesse tentado povoá-lo ou fortificá-lo.

A armada de Estácio de Sá era, por conseguinte, especialmente enviada para esse fim. Com os recursos de que o governador pudesse dispor na nova terra, devia prover, com presteza, ao povoamento do "rio de janeiro", e à posse do seu território, agindo com intuítos guerreiros contra os franceses, atraindo-os para o alto mar, dando-lhes combate naval; mas, procedendo com muita cordura para com o gentio tamoio, a fim de conseguir afeiçoá-lo à gente portuguesa.

Com essas disposições, via Mem de Sá adiadas as possibilidades de voltar para o reino, como por várias vezes suplicara. Tinha de renovar ainda o seu período de govêrno, que já ia por seis anos de estadia na terra do Brasil.

Em princípios de 1564 a armada partiu da Bahia com destino ao "rio de janeiro". Atendendo a solicitações reiteradas da população, Mem de Sá deixou-se ficar na sede do govêrno geral. Entregou o comando da armada ao seu sobrinho Estácio de Sá, fazendo-o acompanhar do ouvidor geral Braz Fragoso, ordenando, em regimento, ao capitão-mor:

"Que fosse demandar a barra do rio de janeiro, e entrasse nella ao som de guerra, e observasse allí as disposições, e conselhos do inimigo, e se achasse occasião que promettesse esperança de victoria, procurasse tirar o inimigo ao mar alto, e ali rompesse com elle, fazendo sempre por conservar as pazes com os indios tamoios: e ordenando-lhe por fim do regimento, que podendo tomar conselho com o padre Nóbrega, não obrasse cousa de importancia sem elle, pelo grande conceito que tinha de sua virtude, e prudencia". (56)

(55) Anchieta, na sua carta de São Vicente, de 8 de janeiro de 1565, escrita em espanhol, faz a narração completa e detalhada desses episódios. Vide Anais da Biblioteca Nacional. Vol. II, ps. 79 e 123.

(56) Simão de Vasconcelos. Crônica da Companhia de Jesus. Livro III, § 57. Provavelmente colhido em documento da época.

Amarando, singrou a frota rumo ao sul. Em alturas do Espírito Santo, Estácio de Sá procurou reforçar a expedição com os elementos de que pudesse dispor a capitania. Acompanhou-o o capitão provedor Belchior de Azeredo, e o chefe tamoio Araribóia com os seus índios, apesar da devastação nêles causada por uma violenta epidemia de bexigas que grassara, na parte norte da colônia, durante o ano anterior.

Nos primeiros dias de fevereiro (57), a armada chegou ao "rio de janeiro" (58). Estácio enviou um barco a São Vicente para anunciar ao padre Nóbrega a missão de que o incumbira o governador geral, pedindo-lhe que viesse aconselhá-lo no empreendimento que ia realizar.

* * *

De aqui em diante rareiam os documentos por onde se possa acompanhar, com exatidão, o desenrolar dos acontecimentos. Todavia, os sucessos conhecidos precisam ser agora examinados em seus detalhes, a fim de que se verifique quão penosa e cruenta foi a conquista do território do "rio de janeiro", cuja posse efetiva escapou por tanto tempo à ação imediata do colonizador português.

Presume-se que existam ainda, a esse respeito, documentos muito valiosos cujo paradeiro não se conhece; contudo, na impossibilidade de os compulsar até que um dia surjam ao conhecimento dos pesquisadores do assunto, procuremos coordenar os elementos dispersos que existem, de modo a compor, na sua ordem natural de sucessão, uma narrativa dos acontecimentos fundada em testemunhos daquela época.

Ao entrar a armada de Estácio de Sá na guanabara, os navegantes avistaram, no interior, uma nau francesa que procurava internar-se pela baía para fugir ao alcance dos navios portugueses. Foi perseguida pela galé de Paulo Dias Adorno na qual iam Duarte Martins Mourão e Belchior de Azeredo. Alcançada a nau, após a fuga da tripulação francesa, chegou depois a ela o ouvidor Braz Fragoso e outros, que a tomaram, encontrando a bordo muito pão, vinho e carne. Em seguida a levaram para junto da capitânea *Santa Maria*, a nova, e do galeão *S. João* que se achavam, com os demais navios, provavelmente ancorados próximos à ilha dos franceses (59). Aí, foi a nau inimiga incorporada à frota, entregando Estácio de Sá o comando dela a Antônio da Costa.

Ao que parece, os franceses não haviam tentado ainda a reconstrução do forte de Coligny (60). A ilha estava abandonada. Estácio de Sá resolveu estabelecer nela a base de operações militares que tinha de realizar no "rio de janeiro" até conseguir firmar-se no continente. Desembarcou próximo ao antigo forte, fêz construir algumas palhoças, ocupou a ilha com a sua gente.

(57) Simão de Vasconcelos. Livro III, § 58. Vide nota (41), de Capistrano. História do Brasil de Varnhagen, p. 394.

(58) Ao entrar no "rio de janeiro" em fevereiro de 1564, a armada compunha-se dos seguintes navios: Capitânia, a nau "Santa Maria", a nova, da carreira das Índias, o galeão "São João" e seis caravelas, vindos todos de Lisboa; juntaram-se a estes, outros navios, uma galeota, que remava dez remos por banda, de Paulo Dias Adorno, um caravelão de Domingos Fernandes, dos Ilhéos, e outros navios pequenos. Vide frei Vicente do Salvador, ps. 177, 178 e 179. Antonio da Costa comandava um dos navios; vide o seu depoimento no instrumento de Mem de Sá, Anais da Biblioteca Nacional, volume XXVII, p. 206. Belchior de Azeredo comandava a galé "São Tiago"; vide sua fé de officio em Baltazar Lisboa, Anais do Rio de Janeiro, vol. I, p. 94.

(59) Ilha de Villegagnon.

(60) Nunca mais procuraram reconstruí-lo. Villegagnon não cuidou de voltar à França Antártica. Nessa época, depois de vários e insistentes pedidos de indenização, conseguira receber trinta mil ducados que o fizeram calar definitivamente a respeito do Forte de Coligny. Vide nota (19) de Capistrano. Hist. do Brasil de Varnhagen. 3.^a edição, p. 386.

Que fêz, durante o tempo que aí permaneceu? Pouco se conhece a respeito (61). Aguardava, certamente, a chegada de Nóbrega para assentarem os meios de fundar povoação. Soubera, entretanto, por um francês aprisionado, que os tamoios estavam, de novo, em guerra contra os portugueses. Desvanecia-se, assim, a esperança que trouxera da Bahia, de os encontrar favoráveis ao povoamento do "rio de janeiro" por gente portuguesa.

Na ilha não havia água. Iam buscá-la, límpida e fresca, à ribeira da carioca. Numa madrugada partiram três batéis para se abastecerem no rio. Ao se aproximarem do litoral foram surpreendidos e atacados por algumas canoas tamoias (62). Os índios mataram o contra-mestre da nau capitânea, o guardião e dois marinheiros; feriram a frechadas, a Cristóvão de Aguiar, o moço, e mais sete homens, que pretendiam carregar para terra, quando, percebido o ataque, acudiu Paulo Dias Adorno com a sua galé, atirando sobre os indígenas com um falcão que os fêz abandonar as prêsas. Recolhidos os batéis tornaram à ilha. Aí foram enterrados os mortos e tratados os feridos. Mas, a indiada alvoroçada, instigada pelos franceses, reforçados pela guarnição da nau apresada pelos portugueses, dispunha-se a romper hostilidades. Enchiam-se as praias de tamoios empenados, ferindo o chão e os ares, ameaçando rompimento de guerra (63). Viam-se, em vários pontos do litoral, as canoas aprestadas para o combate. Porque tardava o Padre Nóbrega?... Um índio capturado anunciou-lhes que São Vicente estava de guerra. Certo ou não, pareceu-lhes assim explicada a demora de Nóbrega em aparecer no "rio de janeiro". O capitão-mor decidiu, em conselho, que a armada devia preparar-se para seguir para São Vicente. Após quase dois meses de lutas escasseavam os mantimentos, e era preciso obter alguns navios pequenos que pudessem abeirar-se facilmente do litoral.

Precedendo a partida da armada, saíam da guanabara: a nau francesa apresada, sob o comando de Antônio da Costa, e o caravelão de Domingos Fernandes, dos Ihéus, enquanto a frota se aprestava para levantar ferros. Os índios, entre os quais havia muitos franceses disfarçados, correram a atacar os dois navios fora da barra. Juntaram-se muitas canoas à espera. A intenção dos franceses seria, talvez, a de rehavarem a nau que os portugueses lhes haviam tomado. Quando os dois navios apareceram foram inopinadamente assaltados por cerca de cem canoas tamoias. Não fôra a grande agitação do mar e, com certeza, a abordagem facilitaria o assalto e a vitória dos indígenas. Ainda assim conseguiram ferir Domingos Fernandes com seis frechadas matando-lhes alguns homens, e abrindo vários rombos, a machado, no caravelão. Fernandes atirou-se ao mar com alguns companheiros, nadando em direção a nau, enquanto os índios procuravam penetrar no barco de um só lado, pesando em tal quantidade sobre um dos bordos, que acabaram por virar o caravelão, pondo-o a pique com tudo quanto continha. Daí foram-se à nau, abrindo dois rombos, a machado, junto da linha d'água; mas, um indiano, escravo de Braz Fragosos, que estava a bordo, descendo à coberta, conseguiu matar um francês, por um dos buracos, o que afugentou os tamoios que abandonaram o navio, dirigindo-se para terra, e levando grande número de companheiros feridos e queimados de pólvora. Desembarçada da violência do ataque, a nau continuou a sua rota para São Vicente. (64)

Ao alvorecer de 30 de março de 1564, Estácio de Sá, no comando da armada, deixou o "rio de janeiro" com destino a São Vicente. Esperara quase

(61) Em 1564 sua permanência no "rio de janeiro" foi de próximamente dois meses; de princípios de fevereiro a começos de abril.

(62) Segundo frei Vicente eram nove canoas. H. do Brasil, p. 178. Segundo Simão de Vasconcelos, eram sete. Crônica da Comp. de Jesus, livro III, § 58.

(63) Simão de Vasconcelos. Crônica da Companhia de Jesus, livro III, § 58, p. 200.

(64) Esta narração foi composta com os elementos fornecidos por frei Vicente do Salvador. História do Brasil, ps. 178, 179, e o testemunho de Anchieta, na carta escrita em espanhol a 8 de janeiro de 1565, e transcrita por Teixeira de Melo em Anais da Biblioteca Nacional, vol. II, p. 119.

dois meses, inútilmente, pela vinda de Nóbrega. No entanto, o navio que mandara a São Vicente, a fim de trazer o missionário, aproximava-se, justamente naquele momento, do "rio de janeiro". De fato, o padre Nóbrega, acompanhado do irmão Anchieta e de alguma gente, viajava desde 1.º de março no próprio barco que o fôra buscar. Mas, cumprindo uma promessa que haviam feito aos seus amigos tamoios de Iperoig, os missionários detiveram-se algum tempo em visita a êsses índios. Foram recebidos com presentes e refrescos, havendo os tamoios restituído a Anchieta os livros que deixara, a guardar, em Iperoig. Feitas as despedidas o navio continuou a viajar rumo do "rio de janeiro".

Quando atingiam quase ao térmo do seu destino, deviam ir navegando a grande distância da armada que velejava para São Vicente, pois que não se aperceberam, de longe, nas rotas que seguiam.

A 31 de março, sexta-feira santa, à meia-noite, entravam na barra, sob intensa escuridão e ventos muito fortes que presagiavam o desencadear de grande tormenta.

Dentro da baía vogaram perdidamente, nas trevas, em busca dos navios da armada. Desiludidos de encontrá-los lançaram a âncora próxima da ilha dos franceses onde desembarcaram. Ao despontar da madrugada começaram a distinguir as coisas em tórno: viram as casas queimadas, cadáveres desenterrados, os crânios violentamente partidos a machado. A depredação era recente e presagiava grande desastre ocorrido à gente da armada.

De surpresa, sibilaram no espaço frechas tamoias lançadas do mar sobre a ilha. Estavam cercados. A situação tornava-se, assim, extremamente perigosa para os missionários e a sua gente. Não era mais possível tentar sair barra fora por causa do vento forte que fazia. Iam, com certeza, ser sacrificados à crueldade do tamoio guanabarenses, ávido de vingança contra portugueses.

Repentinamente, inesperadamente, apareceram na entrada da baía as grandes velas dos navios da armada de Estácio de Sá, que voltavam a abrigar-se do vento impetuoso e da borrasca que ameaçava desbaratar a frota em alto mar. O temporal violento obrigara-os a retroceder para o "rio de janeiro". Sua aparição, nesse instante angustiante para aquêle punhado de homens desprotegidos e desarmados, foi considerada pelos dois missionários como de inspiração divina. O capitão-mor encontrou-se, afinal, com Nóbrega e Anchieta. Ponderaram sobre a situação. A armada, um tanto avariada pela tormenta, carecia de sérias reparações. Resolveram então que se devia seguir para São Vicente logo que o tempo melhorasse, para depois voltar ao "rio de janeiro" e fundar povoação. (65).

No dia seguinte, domingo de páscoa, 2 de abril de 1564 (66):

".....se disse missa na ilha dos francezes onde o padre Nobrega fez pratica a todos em que procurou tirar-lhes o grande medo que tinham dos Tamoios, pelo que deles tinham experimentado. Exortou-os a confiar em Deus cuja vontade era que se povoasse o rio. Ficáram todos muito animados. Houve contudo muitas dificuldades em continuar a empreza, assim por falta de canoas sem as quaes nada se podia obrar, como de mantimentos: e de tudo estava o inimigo mui pujante como em paiz proprio. Portanto, assentaram ir se refazer em São Vicente, para onde se partiram com boa viagem." (67).

(65) Até aqui a exposição acompanha de perto a narrativa de Anchieta, na sua carta de 8 de janeiro de 1565, assim como a narração de frei Vicente do Salvador. Hist. do Brasil, ps. 178 e 179. Vide nota XII do Capistrano, na Hist. do Brasil de Varnhagen, 3.ª ed., 1.º vol., p. 406.

(66) As datas referem-se ao calendário Juliano.

(67) Padre Antônio Franco: vida do padre Manuel da Nóbrega, 1719; em Vale Cabral, Materiais e Achêgas para a História e Geografia do Brasil, m. 2, p. 30.

Afastando-se do “rio de janeiro”, deixavam-no os portugueses, de novo, ao desamparo, depois de quase dois meses de estadia infrutífera na guanabara, sem que lograssem fundar povoação.

* * *

Estácio de Sá permaneceu vários meses em São Vicente cuidando das reparações necessárias aos navios da armada, e acumulando os recursos indispensáveis à conquista do “rio de janeiro”, a fim de estabelecer, aí, os fundamentos de uma povoação.

Sérios embaraços começaram desde logo a surgir, contrariando os intuitos que o animavam. A Capitania de São Vicente, em virtude das lutas passadas, estava muito desprovida de recursos suficientes a tão grande empreendimento. Os navios, careciam de reparações muito importantes. Precisava de gente, e não conseguia obtê-la em quantidade bastante entre os guerreiros e indígenas. Os homens da armada começavam a mostrar-se indiferentes à sorte do “rio de janeiro”. Os próprios companheiros do capitão-mor, desejosos de voltar aos seus lares, procuravam dissuadi-lo daquela empresa que julgavam temerária, augurando a derrota da armada, se tentasse, com tão míngua recursos, atacar os tamoios e franceses, fortemente aparelhados para a resistência.

Todos esses contrastes inquietaram o espírito do comandante.

Muito moço ainda, Estácio era de temperamento afável e cordato, de ânimo corajoso e intrépido, mas ponderado. Sentiu que vacilavam as suas resoluções aos argumentos interessados daqueles homens encanecidos nos combates, habituados à rudez daquela vida colonial. Receiou o desastre. Daí as dificuldades que se antepunham à partida da armada.

Nesse período de incertezas começou a atuar, brandamente, como um bálsamo restaurador das consciências titubeantes, a vontade perseverante de Manuel da Nóbrega.

Naquele corpo franzino, quase esquelético, rosto de cêra amarela, ainda que muito alegre e cheio de riso, olhos sumidos, andrajoso, pés descalços, queimados e esfoliados de sol, leve como uma pluma, quase imponderável, ardia, como um fanal, o clarão de uma forte espiritualidade, resplandecente de bondade, generosa, previdente, de uma energia sem par. Serenamente confiante no prestígio dos seus argumentos de convicção, constituíu-se como o centro de convergência dos esforços que andavam dispersos, desorientados, desanimados, revoltados, naquele instante angustioso em que parecia desvanecer-se a idéia de conquistar o “rio de janeiro”.

“O Padre Nóbrega — dizia o jesuíta Antonio Franco — como tinha por mui certo ser vontade de Deus esta empresa e grandíssima confiança, por não dizer certeza, que se havia de povoar o rio, se poz contra todos com invencível constancia, assim nas pregações como em praticas particulares. Ia muitas vezes de São Vicente a outra villa, que distava dahi duas leguas, onde estava o Capitão-mór, a esforçal-o e animal-o, ajudando-o em tudo. Por esta causa era murmurado de todos. Tanto que chegava, logo começavam quasi em sua presença, a dizer: *Cá vem o tyranno, demonio, Pharao, que nos tem quasi captivos.*”

“Estas causas e ditos fazia o Padre que não ouvia, continuando sem afrouxar em nada; antes levou o Capitão-mór com alguns dos mais honrados á nossa casa de S. Vicente, onde os agasalhou com todo o necessario alguns dias, instruindo o Capitão-mór no que havia de fazer, dando-lhe animo, tanto assim, que dizendo uma vez o Capitão: *Que conta darei a Deus e a Elrei, se deitar a perder esta armada?*... lhe respondeu o Padre: *Eu darei conta a Deus de tudo e si fôr necessario, irei deante d'Elrei a responder por vós.*” (68).

(68) Vida do padre Manuel da Nóbrega, pelo Jesuíta Antônio Franco; em Vale Cabral, Materiais e Achêgas, n. 2, p. 30.

Mas, não estacou aí a esforçada atividade do grande missionário. Foi-se com o capitão-mor e alguns dos seus comandados a Piratininga, onde havia abundância de mantimentos. Enviou mensageiros aos maioriais Tupiniquins do sertão, que ainda se mantinham em guerra, assegurando-lhes da parte do comandante que viessem fazer pazes. Vieram, fizeram as pazes e tornaram às suas aldeias, prometendo auxílios de gente e de mantimentos para a expedição.

Por tôda parte, persuadia o padre Nóbrega aos moradores, que amparassem a empresa. Aos mais necessitados, emprestava o dinheiro de esmolas que El-rei enviava para o colégio. Aos poderosos, dessa e de outras capitánias, que poderiam favorecer eficazmente a expedição de Estácio de Sá, convencia da necessidade dêsse concurso, tratando-os, confessando-os, afastando dêles escrúpulos de consciência nos gastos de que seriam responsáveis. Enviou barcos à Bahia e ao Espírito Santo em busca de mantimentos e de gente. Fêz construir-se navios e canoas para serem utilizados na expedição. Estimulou a juventude mestiça que era valente e esforçada, e insistiu com os índios que auxiliassem a conquista do “rio de janeiro” aos tamoios. Amparou aqueles que tinham de responder por culpas perante o ouvidor, quer da terra, quer da própria armada, prometendo perdões do governador-geral contanto que se esforçassem por afastar os impedimentos que dificultavam a jornada do capitão-mor. Formou-se, assim, dentro em pouco, o ambiente favorável à partida da armada; oferecendo-se uns, para irem conquistar, outros, para ficarem povoando definitivamente o “rio de janeiro”. E todos obedeciam àquela trêmula voz missionária, àquele padre gago, débil como uma criança, mas grandilôquo, eloquente, fascinador, na espiritualidade que derramava pelas palavras que a sua pronúncia tartamuda balbuciava nos lábios, como uma música sincopada, de um ritmo estranho, mas que ia bem fundo nas consciências, estimulando-as para as ações generosas.

Estácio de Sá e o ouvidor Braz Fragozo resistiram desde o comêço daquelas oposições, aos recontros e contradições que se erguiam contra a saída da armada, determinando de levar a cabo a missão de que haviam sido incumbidos. Ficou resolvido que o ouvidor-geral permanecesse em São Vicente, cuidando de aprestar os consertos de que careciam o galeão e a nau francesa, substituindo os madeiros carcomidos de gusano, a fim de poderem seguir depois em socorro do “rio de janeiro”; e que o capitão-mor se passasse para a nau capitânia, levando alguns navios pequenos e canoas, para começar a povoação.

Quando se aproximava o momento da partida da armada, Nóbrega incumbia o irmão Anchieta de seguir, como superior, acompanhado do padre Gonçalo de Oliveira, (69) em missão religiosa junto ao capitão-mor. Anchieta, obedecendo a um profundo sentimento de disciplina jesuítica, observou, humildemente, que não podia seguir como superior, visto não ter ainda recebido ordens sacras, aduzindo outras razões que calaram no espírito do padre. Ouvindo-o, Manuel da Nóbrega mudou de parecer, e designou a Gonçalo de Oliveira como superior, mas, diante dos demais padres e irmãos da Companhia, atalhou: *O padre, por ser sacerdote será superior; mas lembrar-se-á, pois, o irmão foi seu mestre, do respeito e reverência que se lhe deve ter e de tomar seus conselhos.* (70).

(69) O padre Gonçalo de Oliveira vai representar no “rio de janeiro” papel importante na questão da sesmaria dos jesuítas. Não consegui apurar quando chegou êle ao Brasil. Em 1560 acompanhou, segundo citação anterior, o padre Luiz da Gram de São Vicente para a Bahia, em companhia do governador Mem de Sá. A êsse tempo, era irmão da Companhia de Jesus e fôra à Bahia, a fim de ordenar-se com o bispo d. Pedro Leitão. Vide (41).

(70) A narração de tudo quanto se passou em São Vicente até a partida da armada, acompanha, de perto, as narrativas do jesuíta Antonio Franco, na vida do padre Manuel da Nóbrega; de Simão de Vasconcelos, na Crônica da Companhia de Jesus; de Anchieta, na sua célebre carta de 9 de julho de 1565.

Os tupiniquins tardavam em aparecer. Por duas vezes foram enviados emissários às suas aldeias, sem resultados. Afinal, chegaram a São Vicente, mas não quiseram seguir para o “rio de janeiro”, voltando a maior parte deles para o sertão.

Após uma estadia de proximamente nove meses em São Vicente, Estácio de Sá partiu, na nau capitânea, (71) a 22 de janeiro 1565 (72) com destino ao “rio de janeiro”. A 27 do mesmo mês saíram da Bertioiga o padre Gonçalo de Oliveira e o irmão Anchieta, cinco navios pequenos, sendo que três, de remos e oito canoas (73) que conduziam mamalucos e índios de São Vicente e de Cananéia, (74) os temiminós do Espírito Santo, alguns tupiniquins e discípulos cristãos de Piratininga.

Foram, portanto, coroados de êxito, os esforços despendidos com tanta dedicação por Manuel da Nóbrega naqueles meses de agitação febril, de contínuas preocupações morais de paciente e obstinada preparação dos homens e das coisas da armada para o fim almejado. A frota tinha afinal seguido para o “rio de janeiro”. Mas, a adversidade parecia contrariar sobremaneira o destino daquela expedição, opondo-lhe, a todo o instante, graves embaraços que amorteciam o arrôjo daquela gente, desprovida dos recursos indispensáveis a tão temerária aventura. Chegaram todos à ilha de São Sebastião onde se detiveram algum tempo. Daí em diante careciam redobrar as precauções porque iam começar a navegar ao longo da costa de domínio tamoio.

Anchieta, na sua memorável carta de 9 de julho de 1565, conta minuciosamente os episódios e contratempos por que passou a armada, e de que êle foi testemunha, no acidentado percurso até o “rio de janeiro”. Infelizmente as cópias que existem desse documento precioso apresentam falhas e vícios de transcrição que dificultam a interpretação exata de algumas partes do seu texto. (75). Capistrano que as compulsou tôdas, comparando-as com o códice quase inutilizado da Biblioteca Nacional, traçou um resumo dos acontecimentos mencionados por Anchieta, sugerindo as datas prováveis desses sucessos. Tomando-o por guia, poderemos acompanhar, com segurança, a narração circunstanciada do discípulo predileto de Manuel da Nóbrega.

Estavam todos muito satisfeitos e confiantes de que, com aquela pequena fôrça de que dispunham, não lhes faltaria o alimento e conseguiriam povoar o “rio de janeiro”. Ordenou então o capitão-mor que a expedição prosseguisse na viagem. Os navios pequenos deviam acompanhar as canoas, pois que iam entrar agora em região inimiga e precisavam pousar cada dia em alguma ilha. Para maior segurança mandou que os índios e os mamalucos ocupassem uma canoa ligada à pôpa de um dos navios. Foi tão favorável o tempo, que os barcos não se separaram, e assim chegaram à ilha Grande, na Angra

(71) Provavelmente a Santa Maria, a nova.

(72) Segundo Anchieta, carta de 9 de julho de 1565. A 20 de janeiro, dia de São Sebastião, segundo Simão de Vasconcelos, livro III, § 72; frei Vicente do Salvador, H. do Brasil, p. 179; e Antônio Franco, “Vida de Manuel da Nóbrega”, ob. cit., p. 31.

(73) Segundo Anchieta, carta de 9 de julho de 1565. Segundo Simão de Vasconcelos eram seis navios de guerra, alguns barcos ligeiros e nove canoas de mestiços e índios.

(74) Frei Vicente do Salvador. H. do Brasil, p. 179.

(75) Anchieta escreveu da Bahia ao provincial da Companhia de Jesus, a carta de 9 de julho de 1565, três meses depois de haver deixado o “rio de janeiro”. Nela fez a narração completa dos acontecimentos desde 22 de janeiro até 31 de março de 1565, data em que deixou a vila de São Sebastião ou cidade que Estácio começara a fundar, para vir ordenar-se na Bahia. Dela existem as seguintes cópias conhecidas: Biblioteca Nacional e Revista do Instituto Histórico. Vol. III, ps. 248 a 258 e outra cópia moderna; Baltazar Lisboa, Anais do Rio de Janeiro, vol. 6.º, ps. 166 a 181 (de tôdas a mais incorreta na opinião de Capistrano); *Diário Oficial*, de 17 de março de 1888. Vide nota I, de Capistrano, à História do Brasil de Varnhagem, 3.ª edição, 1.º vol., p. 427.

dos Reis. Aí permaneceram alguns dias à espera da nau capitânia que ficara na ilha de São Sebastião. (76):

Mas, como demorasse em aparecer, enfadados de esperar e forçados pela fome, os índios e mamalucos foram a uma aldeia tamoia, atacaram os seus contrários, mataram muitos deles e destruíram tudo, recolhendo os alimentos existentes. Em seguida, mudaram-se todos para outro ponto da ilha Grande onde havia abundância de caça e peixe. Aí, foram rezadas algumas missas, confessou-se e comungou muita gente preparando-se para a guerra no “rio de janeiro”.

Corria o tempo e a nau capitânia não aparecia... — Ê que, ao sair da ilha de São Sebastião, fôra acossada por fortes ventos contrários, que não permitiram que ela alcançasse os navios pequenos. Teve, por isso, de arribar a uma ilha com a verga do traquete partida e rendido o mastro grande.

O capitão-mor ordenara que esperassem por êle. Os índios, porém, estavam impacientes com a demora e queriam seguir. Apesar dos esforços de Anchieta e dos capitães dos navios, em retê-los unidos, foram, afinal, pela restinga de Marambaia, a caminho do “rio de janeiro”. Como eram poucos e corria sério perigo, ordenou-se aos mamalucos que os acompanhassem, e que todos êles esperassem pelos navios pequenos numas ilhas que estão uma légua fora da barra do “rio”. Conseguiram chegar até elas, sem nenhum encontro de tamoios, nem outro qualquer perigo.

Durante cinco ou seis dias ainda, os navios esperaram, na ilha Grande, pela capitânea; até que, parecendo a todos, pela demora, que ela já teria passado, e receiando que às canoas dos índios pudesse ocorrer algum perigo, resolveram partir numa madrugada. Ao sair pela bôca da ilha Grande, viram a capitânea que entrara durante a noite, e assim, todos reunidos, com muita alegria e vento próspero, navegaram em direção às ilhas onde as canoas estavam à espera.

Quando se aproximavam de terra sobreveio impetuoso temporal que desbaratou a frota. A capitânea, arrastada por fortes correntes marítimas, foi parar, de novo, à ilha Grande, correndo sério perigo de se perder sobre amarra num baixio. Os outros navios desgarraram, vagando com muita dificuldade, durante dois ou três dias, ora a vela, ora a remos, sem conseguirem alcançar as ilhas. Havia já seis ou sete dias que os índios e mamalucos aguardavam a vinda da armada. Estavam desanimados, pois que era grande a penúria de alimentos e de água; quase todos, por isso, muito debilitados e alguns doentes. Perdidas as esperanças de que os navios aparecessem, dispunham-se a voltar para as suas terras: os temiminós, para o Espírito Santo, os mamalucos e tupiniquins, para São Vicente.

Viram, então, um dos navios que se aproximava à fôrça de braços e remos. Ficaram muito contentes. Esperaram ainda dois dias, e, a 27 de fevereiro, chegaram outros dos navios desgarrados. Juntou-se, assim, muita gente. Infelizmente nas ilhas não havia água, estava a acabar a pouca que restava num poço. A chuva abundante que caiu nesse dia supriu, entretanto, essa falta, enchendo o poço onde se abasteciam.

Faltavam, agora, a capitânea e um dos navios desgarrados. Havia ordens terminantes de não entrarem na barra do “rio de janeiro”, separados. Deviam aguardar a chegada do capitão-mor; mas a escassez de mantimentos agravava a situação com a demora. Os índios e mamalucos insistiram em partir. Queriam entrar no “rio”. Alguns capitães de navios, sob pretexto de que não havia o que comer, deram razão aos índios, e achavam que, dentro do “rio”, combatendo os tamoios, suportariam a fome mais facilmente; além

(76) Vê-se, pelos detalhes da narração de Anchieta, que êle andou sempre com os navios pequenos e as canoas, ao invés de andar na nau capitânia; minucioso, quando se refere aos acontecimentos daqueles, é, entretanto, muito limitado na descrição dos sucessos ocorridos com a capitânia.

de que, começariam, desde logo, a roçar e cercar o lugar onde estava assentado que se havia de fundar a povoação. (77).

Custou muito aquietar toda aquela gente. Sua impaciência era justificada. O lugar em que estavam, muito perigoso. Os navios, sem breu, faziam tanta água, que precisavam escoá-la a bomba durante parte do dia. Os mantimentos tinham-se esgotado. Passava de um mês que vinham suportando muitas privações desde que partiram de São Vicente. Sentiam-se todos muito fracos e doentes. Os índios acedendo, afinal, aos rogos dos padres, concordaram em esperar ainda mais um dia. Se a capitânea não apparecesse, ou entrariam no "rio", ou seguiriam para as suas terras. Ficariam aniquilados todos os esforços despendidos se tal coisa viesse a acontecer. Seria a ruína completa daquelle empreendimento.

Nessa conjuntura premente succedeu que, naquele mesmo dia agoniado, avistaram três navios que vinham da Bahia, com socorros e mantimentos para a expedição. Comandava-os João de Andrade, da capitania dos Ilhéus, que fôra anteriormente encarregado pelo capitão-mor, em São Vicente, de agenciar os socorros de que havia de carecer a armada no "rio de janeiro". Pode-se imaginar o alívio que a aparição inesperada desses barcos derramou em todas aquellas criaturas, fortemente abaladas nas suas energias. Aconteceu ainda que, no dia seguinte, chegou a nau capitânia com o outro navio que havia desgarrado. Tão intensa foi a alegria, tão grande o reconforto naqueles ânimos enfraquecidos que, apesar da chuva copiosa que caía, aproveitando a maré, entraram todos juntos na bôca do "rio de janeiro".

Não há como averiguar, certamente, o local e o momento em que desembarcaram. É possível que a estadia anterior na ilha dos franceses, durante dois meses, houvesse facilitado ao capitão-mor julgar da melhor posição, no continente, para levantar a povoação que desejava criar. É possível que o local previamente escolhido fôsse a península de São João, à entrada da barra, lado de oeste, que, naquela época, ou mais provavelmente algum tempo depois tinha a denominação de *ponta da cara de cão*. (78). Corrobora essa asserção o que diz Anchieta na sua carta, parecendo que, ao partir de São Vicente, já vinham com a resolução fixa no local escolhido para a fundação da cidade, porque era também essa posição, a que melhor se prestava para a sua defesa.

Pode-se presumir, pois, que entrassem, nesse dia chuvoso, pelo canal da barra, de oeste, entre a ponta da cara de cão e a lagea, e que, contornando essa ponta, a armada se acolhesse à enseada interior onde podia abrigar-se. (79).

(77) Por esta passagem da carta de Anchieta, que estamos seguindo de perto na nossa narrativa, verifica-se que, antes de chegar ao "rio de janeiro", já Estácio de Sá tinha escolhido o logar onde estabelecer a povoação. Seria o mesmo onde a fundou? As circunstâncias teriam obrigado à escolha de outro? — Não ha elementos para responder a essas duas interrogações.

(78) Gabriel Soares de Souza. Tratado Descrito do Brasil, 1587, p. 72: "... e quem houver de entrar no "rio", dando-lhe o vento lugar, entre pela banda de leste, e sendo o vento oeste, vá pela barra do oeste pelo meio do canal, que está entre a ponta de Cara de Cão e a lagea, mas a barra de leste é melhor por ser mais larga, e por cada uma delas tem fundo oito até doze braças até a ilha de Viragalham..."

(79) Baía de Botafogo. Teve varias denominações: os franceses chamavam-na "le lac" (Thevet). Os portuguezes, enseada; enseada de Francisco Velho; enseada de Botafogo; lago do Botafogo, segundo a medição de 1753. Vide Gabriel Soares de Souza, ob. cit., p. 73: "E' tamanha cousa o rio de Janeiro da boca para dentro, que nos obriga a gastar o tempo e o declarar neste lugar, para que se veja como é capaz de se fazer mais conta delle do que se faz. E' começemos pelo Pão de Assucar, que está da banda de fora da barra, que é um pico de pedra mui alto, da feição do nome que tem, do qual à ponta da barra que se diz cara de cão ha pouco espaço; e a terra que fica entre esta ponta e o Pão de Assucar é baixa e chá; e virando-se,

No dia seguinte, 1.º de março, (80) Estácio de Sá desembarcou com parte da sua gente, na terra baixa e chá compreendida entre o Pão de Açúcar e a colina que forma a ponta da Cara de Cão. Do lado de fora da barra? — Do lado de dentro da enseada? — Não é possível precisar, com segurança, êsse fato.

"Começaram a roçar em terra com grande fervor, — descreve Anchieta — e a cortar madeira para a cerca, sem querer saber dos Tamoyos nem dos Francezes, mas como quem entrava em sua terra se foi logo o capitão-mór a dormir em terra, e dando animo aos outros para fazer o mesmo, occupando-se cada um em fazer o que lhe era ordenado por elle, a saber: cortar madeira e acarretá-la aos ombros, terra, pedra, e outras cousas necessarias para a cerca, sem haver nenhum que a isso repugnasse; desde o capitão-mór até o mais pequeno, todos andavam e se occupavam em semelhantes trabalhos; e porque naquelle lugar não havia mais que uma lagoa de ruim agua, e esta era pouca, o dia que entramos choveu tanto que se encheu, e rebentaram fontes em algumas partes, de que bebeu o exercito em abundancia, e durou até que se achou agua boa, num poço, que logo se fez; (81) e como esta estava em termos de se beber, secou-se de todo a lagoa, e, além disto, se achou uma fontinha num penedo d'agua muito boa, com que todos se alegraram muito, e se vão firmando mais na vontade que traziam de levar aquella obra ao cabo, vendo-se tão particularmente favorecidos da Divina Providencia."

A preocupação dominante foi, então, a de erguer a cêrca ou tranqueira, feita de madeira, pedra e terra socada, que receberia, depois, a fortificação para a defesa comum. Teria baluartes e guaritas de taipa nos lugares mais convenientes, e portas com aldravas de ferro e postigos sobrepostos, comunicando com o exterior. Fecharia e protegeria o recinto da cidadela interior, onde ficariam todos abrigados para a defesa do território, contra os assaltos imprevisitos e audaciosos de tamoios e francezes. Para pôr o pé na terra e fixar-se nela definitivamente, era preciso, por conseguinte, dar à povoação a forma medieval do recinto acastelado.

As circunstâncias impunham naquele momento essa espécie de garantia à posse da terra. Estácio de Sá percebeu que não lhe seria possível sustentar-se em outro qualquer lugar do continente onde pusesse pé, com tão escassos

desta ponta para dentro da barra se chama *Cidade Velha, onde ella se fundou primeiro*. Aqui se faz uma enseada, em que podem surgir navios, se quizerem, porque o fundo é de vasa, e tem cinco, seis e até sete braças. Esta enseada se chama de Francisco Velho, por ter aqui sua vivenda e grangearia, a qual é afeiçãoada em compasso até outra ponta adiante que se chama da *Cariooca, junto da qual entra uma ribeira que se chama do mesmo nome*, donde bebe a cidade. Da ponta da Cara de Cão á cidade pôde ser meia legua; esta ponta da Cara de Cão fica quasi em padrasto da lagea, mas não é muito grande por ella não ser muito alta."

(80) Anchieta, na sua carta de 9 de julho de 1565, diz: "logo ao seguinte dia que foi o ultimo de Fevereiro, ou primeiro de Março..." Mais tarde, em 1584, Informações sobre o Brasil, afirma: "...no principio de Março tomou logo terra ao longo do porto que chamam Pão de Assucar, na entrada da barra..." Vide Capistrano. Materiais e Achêgas, p. 7.

(81) Segundo o padre Simão de Vasconcelos. Crônica da Companhia de Jesus, livro 3.º, § 7, esse poço foi construído por José Adorno, genovês, e Pedro Martins Namorado, que vieram na armada. Este último tinha sido juiz pedaneo de Santos, nomeado em 1.º de Março de 1544. Baltazar Lisboa, vol. 1.º, p. 108.

elementos de defesa contra o inimigo audacioso. Fôsem outras as condições da sua entrada naquela terra, e, certo, não iria escolher o morrote da "cara de cão" para lançar aí o fundamento do povoado, em tão angustiosos limites à sua expansão territorial. Mas o outeiro era uma espécie de atalaia natural e excepcional, posta ali à entrada da barra, favorecendo a espreita dela, do oceano, de tôda a guanabara interior, que se descortinava daí, por tôdas as bandas, até quase aos seus mais longínquos recessos. Foi ali, portanto, que êle fechou, com a cêrca fortificada, o recinto da cidade que erguia pela primeira vez, em território do "rio de janeiro".

Exortando a todos e a cada um na prática das coisas de guerra, "o capitão-mór tão amigo de Deus, e afável, que nunca descansava de noite e de dia, acudindo a uns e a outros, sendo o primeiro nos trabalhos", (82) dirigia assim, com entusiasmo, a delimitação fortificada, daquele rudimento de alfoz onde se exercia o domínio da terra, onde se fixaria aquela população adventícia, destinados ambos a formar o núcleo inicial da cidade futura, que êle punha, religiosamente, sob a égide tutelar de São Sebastião, esperando que ela crescesse e se expandisse depois, mercê desse patrocínio e do desenvolvimento natural que se augurava à nova criação urbana.

O padre e o irmão auxiliavam-no naquela labuta incessante. Invocavam a todo o instante, a proteção divina para aquêles homens. Estimulavam os esforços de tôdas aquelas criaturas, prometendo-lhes recompensas espirituais, que diziam provindas dos altos designios da Providência.

Uma parte de tôda aquela gente fixava-se na terra: cavando, transportando, construindo, plantando, combatendo. Outra parte vivia na frota recolhida à enseada, cuidando das coisas da armada, pronta para combater, desde que se lhe propiciasse o momento para a defesa ou para o ataque. (83)

O istmo que prendia o outeiro à base do Pão de Açúcar, numa largura de duzentos e trezentos metros, facilitava a vigilância entre a enseada e o mar alto, fora da barra.

A indiada, vendo realizarem-se as arrojadas intenções dos peros odiados, começou a armar-lhes ciladas, atraindo-os para o combate; mas os povoadores não se deram por apercebidos do embuste. Continuavam, sem desfalecimento, a erguer a cêrca, necessária à defesa do povoado, desinteressados dos tamoios.

Contudo, a 6 de março, a insistência do inimigo foi por demais atrevida. Quatro canoas tamoias aproximaram-se de terra, e, armando uma cilada bem junto à cêrca, conseguiram atrair um índio que se descuidara, aprisionando-o. Iam já bem longe, com a prêsa, quando foram percebidos. Os portugueses lançaram ao mar as suas canoas e seguiram no encalço dos tamoios, até obrigá-los a saltarem em terra, fugindo pela mata dentro, abandonando na praia tudo quanto levavam: canoas, arcos, frechas, espadas e o índio que mal puderam matar. Chegados ao litoral, os portugueses perseguiram-nos, por algum tempo, nos matos, sem conseguirem apanhá-los. Voltaram para a vila, trazendo as canoas abandonadas e tudo quanto continham, o que produziu grande júbilo no arraial, pelo triunfo que haviam obtido, enfraquecendo o inimigo. Desde então os tamoios só apareciam, de longe, e, ainda assim, com muitas canoas juntas.

Proseguiram os trabalhos de construção da cerca destinada à defesa da futura povoação. Ainda não haviam começado a erguer os baluartes necessários na tranqueira, nem as habitações no interior do terreiro, que estava limpo e a descoberto, quando, a 10 de março, os inimigos teceram nova e perigosa cilada aos povoadores. Apareceu ao longe, légua e meia para dentro do "rio", uma nau francesa. Estaria ela oculta no interior da guanabara desde que os portugueses chegaram? Teria conseguido burlar a vigilância da barra, passando sem ser pressentida na ponta da cara de cão? Parece mais razoável supor que já aí estivesse, carregando brasil, no interior da baía, quando a armada entrou pela barra. Dera mostras da sua presença

naquele momento, obedecendo a um plano urdido pelos franceses e tamoios. Procuravam atrair os navios portugueses ao fundo da baía a fim de dividir as forças, enfraquecendo-as, para, em seguida, atacá-las isoladamente. Se a intenção era astuta, o efeito surtiu adverso.

No dia seguinte, o capitão-mór, deixando na cêrca a gente que lhe pareceu necessária à defesa da obra que aí executavam, foi-se em direção à nau francesa com quatro dos navios da sua frota. Chegou-se a ela, e começaram a atirar de uma e de outra parte.

Nisto, surgiram detrás de uma ponta de morro quarenta e oito canoas tamoias que ali estavam de emboscada aguardando o momento de agir. Dirigiram-se rapidamente para o local da vila, arremeteram impetuosamente contra a cêrca, assaltando a defesa do povoado.

De longe, o capitão-mór se apercebeu da movimentada cilada. Voltou apressadamente num barco de remos a acudir à tranqueira, deixando os capitães dos demais navios em guarda da nau francesa até pela manhã, quando pretendia vir de retôrno, ou, ao anoitecer, se lhes pudesse enviar qualquer recado sôbre o que deviam praticar.

Reunidos os povoadores no interior do terreiro, defenderam-se galhardamente contra o assalto dos tamoios. Choviam as frechas. Os tamoios atacavam com violência, mas os portugueses, seus mamalucos e índios amigos, defendiam-se bravamente. Era o batismo de sangue na defesa do próprio solo onde a cidade nascia e começava a ser edificada. Foram repelindo os assaltantes com grande ânimo combativo: mataram alguns, feriram muitos, lançaram-se sôbre êles até pelejarem fora da cêrca. Os tamoios enfraquecidos começaram a recuar. Por fim debandaram muito desbaratados, fugindo desordenadamente nas suas canoas de guerra. Foi a primeira vitória, na defesa do território onde se formava a cidade.

Durante a noite, os navios da armada mantiveram-se ao lado da nau francesa. Procuraram corresponder-se com ela, mas, falando uns com os outros, portugueses e franceses não se compreendiam. Havia, porém, a bordo de um dos navios, um francês que chegou à fala com os da nau. Aconselhou-os a cederem, sem combate, porque os portugueses os deixariam partir. Mostraram-se, os da nau, muito satisfeitos com a promessa. Diziam-se simples mercadores que ganhavam a sua vida no mar. Iam já de volta para o seu país levando para a França alguns dos franceses que estavam na terra. Se os deixassem partir, os outros, que ficavam no "rio", confiariam nos portugueses: se não, teriam de defender-se, cuidando de despejar as coisas de bordo em trinta canoas que estavam preparadas para isso. Ateariam fogo aos morrões de dois barris de pólvora, escondidos no convés da nau, incendiando-a. Em seguida, fugiriam para terra com os tamoios.

A situação tornava-se, assim, muito perigosa. Não havia tempo de consultar o capitão-mór sôbre o caso. Reunidos em conselho os capitães dos navios recearam que aumentasse o número de franceses entre os tamoios, como acontecera anteriormente com a tomada da outra nau. Prometeram, então, que os deixariam sair, em paz, do "rio de janeiro", garantindo que o capitão-mór sancionaria essa decisão. Os franceses aceitaram confiantes, mas, os tamoios, admirados de que seus amigos acreditassem na palavra dos portugueses, insinuaram que êles não cumpririam o que haviam prometido, traindo-os depois. Logo que os navios portugueses começaram a aproximar-se da nau francesa, temendo que agissem com perfídia, os franceses do "rio", que estavam a bordo, atiraram-se ao mar fugindo com os tamoios para terra.

Quando Estácio voltou da cêrca que fôra defender, soube da promessa que os seus capitães haviam feito aos franceses, confirmou-a, mantendo a palavra dos seus comandados. Deu permissão à nau para seguir viagem para a França, tomando-lhe, apenas, a pólvora e a artilharia que destinava à defesa da tranqueira que se construía. Os mercadores franceses, seguros das intenções de paz que animavam o capitão-mór, insistiram com os seus compatriotas do "rio" que abandonassem a vida selvagem que levavam, e partissem com êles para a França. Vieram alguns, outros preferiram ficar.

(82) Anchieta, carta citada, R. I. H., vol. III, ps. 248 a 258.

(83) Anchieta, Informações e fragmentos históricos, p. 7.

Presentindo que a combinação imprevista ia diminuir-lhes a capacidade guerreira contra os seus inimigos, os tamoios atiraram-se, então, impetuosamente, com vinte e sete canoas, contra os portugueses.

A nau francesa, envolvida no combate, atirou contra os índios e as suas canoas. Os portugueses repeliram o ataque. Houve muitos mortos e feridos. Os tamoios foram completamente destruídos nesse encontro.

Fazendo-se de velas para a França os mercadores franceses escreveram aos seus compatriotas do "rio", narrando-lhes o bom tratamento que tinham recebido dos portugueses, e concitando-os a fazerem as pazes com eles, abandonando os selvagens.

Vencidos assim os primeiros obstáculos à formação da cidade, foram retomados os trabalhos de defesa militar do recinto escolhido para a sede do povoado.

Anchieta devia partir para a Bahia a fim de ordenar-se. Seguiu num dos navios de João de Andrade, que fôra encarregado, de novo, pelo capitão-mor, para agenciar mantimentos e outros socorros de que muito careciam os povoadores do "rio de janeiro".

Quando deixava o povoado, a 31 de março de 1565, as coisas iam prosperando, apesar das dificuldades que se antolhavam, a cada momento, àqueles desbravadores da terra.

Descrevendo a situação naquele momento, assim a recordava, mais tarde, o discípulo amado de Manuel da Nóbrega:

".....já tinham feito muitas roças ao derredor da cerca, plantado alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças de Tamoyos a buscar alguma mandioca para comer, e a rama della para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de pilão, todas cobertas de telha que se trouxe de S. Vicente, e faziam-se outras e outros baluartes, e os Índios e Mamalucos faziam já suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como cales e telhas, que é grande defensão contra o fogo..... todos viviam com muita paz e concordia; ficava com eles o padre Gonçalo de Oliveira que lhes dizia cada dia missa, e confessava e commungava a muitos para a gloria do Senhor. O maior inconveniente que ali havia, ultra da fome, é que lá estão muitos homens de todas as capitánias, os quaes passa de um anno, que lá andam, e desejam vir-se para suas casas (como é razão): se os não deixam vir perdem-se-lhes suas fazendas; se os deixam vir fica a povoação desamparada, e com grande perigo de serem comidos os que lá ficarem, de maneira que por todas as partes ha grandes perigos e trabalhos..."

E, invocando a proteção del-rei e do provincial da Companhia de Jesus para a nova cidade, concluía:

".....a cerca que se tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra, sem se poder dilatar nem sahir della sem socorro de S. A., a quem V. Rev. deve lembrar e incitar que logo proveja, porque ainda que é coisa pequena a que se tem feito, contudo é maior, e basta-lhe chamar-se cidade de S. Sebastião para ser favorecida do Senhor, e merecimentos do glorioso martyr, e accrescentada de S. A. que lhe tem tanta devoção e obrigação. Esta é a breve informação do rio de janeiro; resta pedir a V. Rev. nos encommende e faça encommendar muito a Nosso Senhor, e tenha particular memoria dos que residem e ao diante residirão naquella nova povoação, offerecidos a tantos perigos, da qual se

espera haver de nascer muito fructo para a gloria do Senhor e salvação das almas." (84)

Anchieta partiu. Sua ausência privava a cidade que êle vira nascer, do influxo benéfico que emanava da sua existência, impregnada do idealismo e da piedade que haviam determinado a criação da Companhia de Jesus. Ficava o padre Gonçalo de Oliveira, fraca entidade subjugada ao feito prático, material, egoísta e ambicioso das coisas terrenas; feição essa que devia empolgar, mais tarde, aquela comunidade religiosa, banindo aos poucos do seu cenáculo a nobre espiritualidade dos verdadeiros discípulos de Loiola.

CAPÍTULO VII

A cidade começava, agora, a ter existência concreta no solo do Rio de Janeiro; condição primordial para que ela pudesse subsistir, e adquirir o complemento humano que a devia integrar nos seus elementos essenciais: o território e a população; — por conseguinte, o corpo e a vida, o *habitat* e a organização urbana. Deixava de ser, assim, o que sempre fôra durante tanto tempo: uma simples aspiração do govêrno geral, da metrópole, dos missionários jesuítas, de quase tôda a colônia, nos seus esforços combinados em tôrno da idéia de criar no "rio" uma povoação honrada e boa.

Tinham sido duros e penosos os trabalhos e sacrificios despendidos pelos povoadores para conseguirem firmar o pé na terra do "rio de janeiro". Era preciso, portanto, tornar definitiva a posse daquele pequeno alfoz, cercado e defendido por Estácio de Sá e a sua gente, onde estavam formando a cidade de São Sebastião, mas que não passava, ainda, de uma simples fortaleza, (1) destinada a assegurar, pelas armas, a posse do território. As contingências do momento impunham essa condição.

Anchieta dizia:

"A cêrca que tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra, sem que se possa dilatar nem sahir della sem socorro de S. Alteza". (2).

Ora, a posse da terra só se poderia manter, nessas circunstâncias, pela força, pela conquista, pela defesa permanente contra o francês e o tamoio.

Não valiam provas de direito ao domínio dela. A prioridade da descoberta; as bulas dos papas, desde Nicolau V a Júlio II, investindo a coroa de Portugal no domínio daquela região do descobrimento; o tratado de Tordesillas, definindo os lindes daquele continente novo e daqueles novos mares, entre portugueses e espanhóis; a jurisdição legítima já exercida aí, por d. João III, com a doação feita a Martim Afonso de Souza em 1534; — nada disso parecia respeitável a franceses, porque fôra instituído sem o consenso dêles, que se atribuíam a liberdade de reconhecerem, ou não, a validade dêsses títulos, convencionados, apenas, entre o papado, os espanhóis e os portugueses. Por isso, entendiam que a nova terra seria do primeiro que se apossasse dela, e pudesse tornar efetiva essa posse pelas armas, ou pelos meios de direito

(84) Anchieta, carta citada.

(1) Códice n. 1. Arquivo do Distrito Federal. Livros de Ordens e Provisões Reyays, primeiros que houve no Senado da Câmara da cidade de São Sebastião. 1556-1589. Cópia efetuada em 1750. Nêle existem provisões, autos, têrmos etc... de 1565, onde se diz: "Estacio de Sá, capitão mór da Armada que El Rey Nosso Senhor mandou a correr esta costa do Brasil, e a povoar este Rio de Janeiro e nelle ora estou fazendo fortaleza em nome do dito Senhor... etc."

(2) Carta de 9 de julho de 1565, já citada.